



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ALLÍCIA DE SÁ CRUZ

**A INSERÇÃO LABORAL DE MULHERES IMIGRANTES NO BRASIL SOB A
PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: UM ESTUDO DE CASO DAS
VENEZUELANAS INTERIORIZADAS (2018 - 2022)**

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2022

ALLÍCIA DE SÁ CRUZ

**A INSERÇÃO LABORAL DE MULHERES IMIGRANTES NO BRASIL SOB A
PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: UM ESTUDO DE CASO DAS
VENEZUELANAS INTERIORIZADAS (2018-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da professora Dra. Flávia de Ávila.

SÃO CRISTÓVÃO - SE

2022

ALLÍCIA DE SÁ CRUZ

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da professora Dra. Flávia de Ávila.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Flávia de Ávila (orientadora)

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque (examinador)

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira (examinador)

Nota: _____

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho foi uma experiência extremamente enriquecedora para a minha formação enquanto graduanda em Relações Internacionais, futura profissional da área, mas sobretudo, para a minha formação pessoal. Desde criança, sempre tive aspirações e sonhos muito grandes, os quais pareciam, muitas vezes, impossíveis para uma pequena menina do sertão de Pernambuco. Conseguir estudar Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe já foi uma grande conquista na minha vida e motivo de orgulho para toda a minha família, principalmente, por ser uma das poucas mulheres a conseguir ingressar no ensino superior. A trajetória até chegar à universidade não foi fácil, pois sempre estudei em escola pública e reconheço os esforços que precisei fazer para ocupar este espaço. Todavia, também reconheço os inúmeros privilégios que tive por ter pais e uma família que sempre acreditaram no meu potencial e me incentivaram a estudar, não medindo esforços para me proporcionar todas as oportunidades dentro do possível.

Durante toda a minha graduação sofri por antecipação em relação ao TCC, isso porque sempre fui muito indecisa quanto a linhas de pesquisa. Apesar da constante incerteza e angústia, consegui durante esse período conhecer as mais variadas subáreas e possibilidades de temas que as Relações Internacionais poderiam me proporcionar. No entanto, sempre soube lá no fundo que os temas que mais despertavam a minha curiosidade analítica e me tocavam profundamente eram aqueles referentes aos direitos humanos, estudos de gênero e migrações. Quando criança, gostava de questionar as desigualdades sociais e de gênero que eu observava na minha realidade e meio social, mesmo sem saber de fato do que se tratava. Cresci e me tornei uma jovem adulta cheia de dúvidas e angústias por não saber o tanto quanto eu gostaria sobre assuntos tão importantes e necessários para mim e para todos, não apenas no sentido acadêmico, mas principalmente em termos de formação pessoal e autoconhecimento. Por isso, a minha relação com o meu tema de pesquisa é bastante íntima, visto que extrapola os interesses meramente acadêmicos.

Desse modo, gostaria de agradecer a Deus e a todas as energias positivas do universo por terem me fortalecido durante todo esse tempo. Apesar de muitos desafios e incertezas, sempre me mantive focada e disposta a dar o meu melhor todos os dias para alcançar os meus objetivos e metas. Agradeço ao meu pai, Antônio, por ter me ensinado desde pequena a sonhar grande, por ser a pessoa que mais acredita em mim, por me apoiar em todos os meus sonhos e por não medir esforços para isso. Não sou tão boa com as palavras quanto o senhor, — um poeta nato — mas saiba que sou eternamente grata por tudo. Agradeço à minha mãe,

Luisa, por sempre acreditar em mim, por ser minha amiga, por ter me ensinado a ser uma pessoa positiva e encarar a vida de maneira leve. Obrigada por ter me criado “para o mundo” como a senhora sempre fala, por não me limitar e me estimular a pensar grande, mas sempre consciente das minhas raízes. Agradeço às minhas irmãs, Juliana e Giovana, por serem as minhas companheiras e melhores amigas desde o meu primeiro dia de vida. Tive o privilégio de ser a caçulinha da família e de crescer com vocês, sou grata por cuidarem tão bem de mim, pela nossa relação e ligação que é extremamente forte e bela. Obrigada pela companhia durante esses últimos quatro anos, pela coragem de mudarem-se para Aracaju comigo e construírem um ambiente seguro, amoroso e familiar ao qual eu hoje chamo de lar. Agradeço à minha prima, — mas irmã de coração — Fabíola, por ser, também, companheira e melhor amiga desde a infância. Por acreditar nos meus sonhos e torcer pela minha felicidade. Também gostaria de agradecer ao meu cunhado, Valdeir, por todo apoio e suporte aqui em Aracaju.

Agradeço a toda minha família, em especial, meu tio Heleno e minha tia Zenilda, por serem referência para mim em termos de educação, com suas dedicações à profissão de professor. Sou grata e tenho muito orgulho por ter sido alfabetizada pela minha tia. Sempre admirei bastante a intelectualidade do meu tio Heleno e seu compromisso com o conhecimento. Por isso, sou extremamente grata por terem me influenciado a buscar constantemente o aprendizado e transformar vidas através disso. Agradeço a todos os professores que passaram pela minha trajetória até o ensino médio, eles foram cruciais na minha formação e no meu desenvolvimento enquanto estudante e pessoa.

Agradeço a todos os meus professores do Departamento de Relações Internacionais da UFS, os quais me ajudaram a evoluir na minha trajetória acadêmica, a expandir o meu conhecimento e a estimular o meu pensamento crítico. Agradeço especialmente, minha orientadora, a professora Dra. Flávia de Ávila, que sempre foi uma referência para mim na área. Desde o primeiro período tive uma identificação e admiração pela sua pessoa e seu profissionalismo. A identificação vai além das linhas de pesquisa e interesses em comum. Sou grata pela sua confiança em ter me aceito, primeiramente, como monitora da disciplina de “Direito das Relações Internacionais I e II” e, posteriormente, como bolsista da Iniciação Científica. A pesquisa foi uma experiência bastante enriquecedora e decisiva na minha formação acadêmica, por isso, sou extremamente grata pela oportunidade. Também sou grata pela sua disposição em ser minha orientadora no TCC, obrigada por todos os ensinamentos e pelos “puxões de orelha”, pois sei que isso reflete a sua preocupação com a pesquisa de

qualidade e compromisso com o conhecimento científico. Obrigada pela confiança e paciência, pois esses últimos meses foram bem corridos.

Agradeço ao professor Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque, que aceitou fazer parte da banca examinadora quando o convidei. Agradeço imensamente pela sua contribuição, comentários e recomendações feitas durante o TCC I. O seu parecer foi central para a execução do trabalho, principalmente em termos de Metodologia, pois esse sempre foi um aspecto de grande preocupação minha. Também gostaria de agradecer ao Professor Dr. Carlos Jarochinski Silva, pelos comentários e contribuições feitas durante a banca de TCC I, foi uma honra e alegria tê-lo como avaliador. Ademais, agradeço ao professor Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira, por ter aceitado fazer parte da banca. Obrigada pela disponibilidade!

Agradeço a todos os meus amigos, de dentro e fora da universidade, pois como já dizia Clarice Lispector: *“Quem caminha sozinho pode até chegar mais rápido, mas aquele que vai acompanhado, com certeza vai mais longe”*. Agradeço especialmente a meus amigos: Amilson, Paulo, Beatriz, Mércia e Paula, que estudaram e se formaram no ensino médio comigo e, apesar da distância, sempre nos motivamos e torcemos pela felicidade e conquistas uns dos outros. Gostaria de agradecer a todos os meus colegas de turma, por compartilharem comigo a vivência da experiência universitária durante esses últimos quatro anos. Agradeço principalmente ao meu grupo de amigos mais próximos: Ana Luisa, Larissa, Breno, Vinícius, Rebert e William. Obrigada por estarem comigo nos bons e maus momentos, nos surtos, nos trabalhos, nas provas, nos estudos, nas comemorações, nas conversas internacionalistas nos barzinhos. Obrigada por tudo! Por fim, mas não menos importante, agradeço a mim, por ter finalizado este trabalho e a graduação, apesar de muitas vezes ter duvidado da minha capacidade.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil sob a perspectiva teórica interseccional. Para isso, utiliza-se o caso das imigrantes venezuelanas que passaram pelo processo de interiorização entre o espaço de tempo (2018-2022). No que diz respeito aos aspectos metodológicos, adota-se uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir de análise bibliográfico-documental. O desenho da pesquisa baseia-se no método de estudo de caso único e possui caráter exploratório, pois busca mapear novas percepções e olhares em relação ao tema. O trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e considerações finais. Inicialmente, há uma melhor conceituação da abordagem interseccional, logo após, é introduzido a noção de reprodução da lógica Sul-Norte na inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil advindas do eixo Sul-Sul, bem como breve comparação entre bolivianas, haitianas e venezuelanas. O segundo capítulo traz os principais aspectos do corredor migratório Venezuela-Brasil e detalhamento da estratégia de interiorização. Por fim, analisa-se o caso das venezuelanas interiorizadas.

Palavras-chave: Inserção laboral; interseccionalidade; mulheres imigrantes; venezuelanas; interiorização.

ABSTRACT

This term paper aims to analyze the labor insertion of immigrant women in Brazil under an intersectional theoretical perspective. For this purpose, the case of Venezuelan immigrants who went through the process of internalization between the time period (2018-2022) is used. With regard to the methodological aspects, an essentially qualitative approach is adopted, based on bibliographic-documentary analysis. The research design is based on the single case study method and has an exploratory character, as it seeks to map new perceptions and perspectives on the topic. The term paper is divided into three chapters, besides the introduction and final remarks. Initially, there is a better conceptualization of the intersectional approach, then, the notion of reproduction of the South-North logic in the labor insertion of immigrant women in Brazil coming from the South-South axis is introduced, as well as a brief comparison between Bolivians, Haitians and Venezuelans. The second chapter brings the main aspects of the Venezuela-Brazil migratory corridor and details the internalization strategy. Finally, the case of the interiorized Venezuelans is analyzed.

Key-words: Labor insertion; Interseccionalidad; immigrant women; Venezuelans; internalization;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACNUR** — Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
- CAGED** — Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CGIL** — Coordenação Geral de Migração Laboral
- CONARE** — Comitê Nacional para Refugiados
- CRAS** — Centro de Referência de Assistência Social
- CTPS** — Carteira de Trabalho e Previdência Social
- IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MOVESE** – Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes no Brasil
- OBMIGRA** — Observatório das Migrações Internacionais
- ODS** — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OIM** — Organização Internacional para as Migrações
- OIT** — Organização Internacional do Trabalho
- ONU** — Organização das Nações Unidas
- SISMIGRA** — Sistema de Registro Nacional Migratório
- STI** — Sistema de Tráfego Internacional
- STI-MAR** — Sistema de solicitações de Refúgio
- RAIS** — Relação Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 INTERSECCIONALIDADE E INSERÇÃO LABORAL DE MULHERES IMIGRANTES NO BRASIL.....	15
1.1 Interseccionalidade.....	16
1.2 As reproduções da lógica Sul-Norte no âmbito laboral.....	20
1.3 Inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil por nacionalidade: haitianas, bolivianas e venezuelanas.....	26
2 O CORREDOR VENEZUELA-BRASIL NO EIXO MIGRATÓRIO SUL-SUL: A MULHER MIGRANTE.....	30
2.1 Aspectos políticos, econômicos e sociais do fenômeno.....	32
2.2 Vulnerabilidades: Origem-Destino e a Lógica emergencial e provisória.....	35
2.3 A estratégia de interiorização.....	38
3 O CASO DAS IMIGRANTES VENEZUELANAS INTERIORIZADAS: ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO.....	45
3.1 Síntese dos principais dados extraídos da Pesquisa do programa conjunto Moverse...48	
3.2 Iniciativas para o empoderamento econômico de mulheres migrantes e refugiadas... 58	
3.3 Mercado de trabalho e interseccionalidade.....	60
3.4 Mapeamento dos principais desafios do acesso ao mercado de trabalho.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	69

INTRODUÇÃO

As fronteiras fazem parte da formação do Estado-nação e estão presentes nas sociedades ao longo da história. Apesar de serem construídas socialmente, as fronteiras trazem implicações práticas para a vida em grupo. Tendo em vista que “todos nós estamos ligados a um Estado particular e, por meio deste, nos conectamos ao sistema de Estados que afeta nossas vidas de maneiras importantes, mas que talvez nem tenhamos consciência” (JACKSON; SORENSEN, 2013, p. 27).

Os processos de globalização não só explicitam a porosidade das fronteiras nacionais e a atuação em redes, mas também colocam em evidência o fato de estarmos inseridos em uma estrutura global interdependente, o que ressalta as desigualdades econômicas, políticas, as assimetrias de poder, dentre outras questões daí decorrentes, a exemplo das migrações forçadas. “A mobilidade humana hoje é um deslocamento de força de trabalho, o que está diretamente relacionado com a nova estrutura do capitalismo global” (RODRIGUES, 2019, p. 70). Nesse sentido, as migrações contemporâneas se situam em torno das controvérsias geopolíticas globais, portanto, migrar em um mundo delimitado por fronteiras é um ato de coragem e resistência.

Miranda (2011, p. 198) ao tratar da incorporação do gênero nos estudos científicos sobre as migrações, aponta que nos últimos trinta anos, — tendo como parâmetro as décadas anteriores a 2011 — houve pouco esforço para incorporar o gênero nas teorias das migrações internacionais. “A teoria migratória tem dado maior atenção às causas das migrações do que a quem migra - as condições em que as mulheres migram, a predominância das mulheres em alguns fluxos e não noutros” (MIRANDA, 2011, p. 198). Essa realidade também afeta a forma pela qual instituições e governos tratam as migrações internacionais, já que as mulheres enfrentam vários problemas relativos às desigualdades de gênero no próprio processo migratório e no acesso ao mercado de trabalho. Assim, o recorte de gênero mostra-se crucial para todos os atores, instituições e pessoas que pensam e agem sobre a temática das migrações internacionais. Conforme Rodrigues (2019, p. 69):

Atualmente o cenário da migração vem sofrendo mudanças, se a migração era voltada para um público extremamente masculino, agora as mulheres estão se deslocando na mesma proporção, elas deixaram de ser as acompanhantes para ser as responsáveis destes deslocamentos, tornando-se uma das fontes de emancipação e empoderamento da mulher.

A face feminina dos processos migratórios foi por muito tempo invisibilizada e não esteve no centro das análises acerca deste fenômeno. A feminização das migrações pode ser entendida não apenas como o aumento do número de mulheres que se deslocam para além das fronteiras dos seus países de origem, mas também pela maior visibilidade e inserção nos estudos acadêmicos. As mulheres migrantes passaram a ser objetos de estudo com mais frequência, pois hoje possuem um papel de maior protagonismo e autonomia sobre o seu futuro e sobre a decisão de se deslocar internacionalmente. Além disso, salienta-se que a equivalência entre homens e mulheres nos processos de mobilidade humana não aconteceu necessariamente nos últimos anos, o que pode ser observado é uma menor invisibilidade da migração feminina e maior crescimento das pesquisas acerca da temática.

Para Queiroz (2015, p. 25), “desde a década de 1930, a proporção entre mulheres e homens envolvidos nos movimentos migratórios era equivalente, embora as pesquisas tenham dado destaque apenas ao homem como ator no processo”. A partir dessa realidade e com o aumento dos estudos críticos e feministas no campo das migrações, há um questionamento desses parâmetros de estudo, que centralizam a investigação do processo migratório na figura masculina. Conforme Rosa et al. (2019, p. 139) as teorias sobre migração, “[...] têm negligenciado, entretanto, as vulnerabilidades que frequentemente levam a população feminina a se deslocar”. Igualmente, se passou a reivindicar a necessidade de estudar e enquadrar as mulheres enquanto sujeitos do processo migratório e protagonistas dos seus deslocamentos. Assim, as mulheres passam a ser analisadas enquanto atores centrais nos fluxos migratórios, não apenas como acompanhantes ou secundárias nos deslocamentos.

Nesse aspecto, o presente trabalho objetiva analisar a inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil sob um viés teórico interseccional, para tal, utiliza-se o caso das imigrantes venezuelanas que passaram pelo processo de interiorização entre o espaço de tempo (2018-2022). O recorte temporal se justifica pela característica mais recente da migração venezuelana em massa com destino ao Brasil, a qual teve maior força após 2015. Contudo, inicia-se o período de análise em 2018, pois foi o ano em que a estratégia de interiorização foi implementada para coordenar a integração socioeconômica deste grupo em específico. O lapso temporal vai até o presente (2022), pois buscou-se trazer dados e informações atualizadas acerca da inserção laboral das venezuelanas, bem como ter acesso aos documentos, relatórios e informes que foram publicados recentemente. Além disso, evidencia-se que os anos de 2020 e 2021 foram bastante atípicos em decorrência da pandemia de Covid-19, o que pode ter impactado alguns aspectos desta inserção.

A abordagem interseccional se justifica pela necessidade de ampliar e dar maior visibilidade para as questões de gênero na inserção laboral de imigrantes no Brasil. As mulheres migrantes estão condicionadas em múltiplos eixos de opressão e desigualdades, sendo assim, o seu acesso ao mercado de trabalho também estará baseado a partir dessas condições, identidades e subjetividades. A interseccionalidade será aqui tratada como uma sensibilidade analítica e abordagem teórica para interpretar as informações coletadas e mapear o que parecem ser os principais desafios e impeditivos do acesso ao mercado de trabalho pelas venezuelanas interiorizadas. Apesar do intuito de identificar os marcadores sociais e eixos de subordinação interseccional em que essas mulheres estão inseridas, ressalta-se que a pesquisa não tem como fim traçar relações de causa e efeito entre essas variáveis, mas sim, mapear e explorar as informações presentes nos dados.

No que se refere aos aspectos metodológicos, o presente trabalho adota uma abordagem essencialmente qualitativa, a partir do agrupamento de dados, observação do objeto de estudo e após isso, apresenta interpretações e possibilidades de agendas de estudo com o auxílio da perspectiva teórica adotada. O desenho da pesquisa baseia-se no método de estudo de caso único, isso porque as mulheres venezuelanas interiorizadas são colocadas como um grupo central de análise. O estudo de caso é um tipo de pesquisa que pode ser qualitativa ou quantitativa, “[...] entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60). Quanto aos fins da pesquisa, ela possui caráter exploratório, pois busca mapear novas percepções e olhares em relação ao tema. “A pesquisa exploratória possui planejamento flexível, o que permite o estudo do tema sob diversos ângulos e aspectos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Quanto aos procedimentos adotados para a coleta de dados, utilizou-se o bibliográfico-documental. A junção de ambos possibilitou um mapeamento mais aprofundado em relação ao tema, pois ao mesmo tempo em que buscou-se trazer referências e análises previamente feitas sobre o objeto de estudo, também foram levantados dados de fontes documentais que ainda não tinham passado por essas análises e interpretações. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 55), enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza essencialmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos de cada estudo. Nesse aspecto, foram utilizadas várias fontes e análises, visto que a pesquisa não produziu seus próprios dados. Sendo utilizados,

majoritariamente, documentos de organizações nacionais e internacionais, a exemplo da ONU Mulheres, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) e Organização Internacional para as Migrações (OIM). A principal fonte documental advém das duas fases da pesquisa “Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a Pandemia de Covid-19” realizada através da cooperação técnica e atuação conjunta da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da ONU Mulheres e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), com o financiamento do Governo de Luxemburgo, a partir de dois programas – LEAP e MOVESE. Sendo executada pelo CEDEPLAR e pela Fundação IPEAD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sendo assim, a unidade de análise do presente trabalho é o relatório supracitado, pois é a partir do mesmo que os dados serão explorados para fazer o mapeamento da dinâmica de acesso ao mercado de trabalho e integração socioeconômica das mulheres venezuelanas.

A referida pesquisa apresenta dados acerca da população venezuelana interiorizada, mas também traz comparações com dados coletados sobre a população em abrigamentos, sendo mencionados tanto homens quanto mulheres. Todavia, a fim de trazer apenas os dados que corroborassem para o recorte deste trabalho, – o de gênero – utilizou-se alguns critérios centrais: 1) informações que ajudassem a traçar uma distinção entre venezuelanos de sexo feminino e masculino nas questões referentes ao acesso do mercado de trabalho; 2) dados que ilustrassem uma diferenciação entre mulheres venezuelanas interiorizadas e mulheres em abrigamentos em vários indicadores socioeconômicos e em relação à inserção laboral ; 3) informações que ajudassem a mapear os diferentes marcadores sociais em que as venezuelanas interiorizadas estão inseridas, a exemplo de: faixa etária; nível de escolaridade; estado civil; se tem filhos ou não; compreensão da língua; como se autodeclaram em termos de raça. Após esses levantamentos, as informações foram separadas em fichamentos e selecionadas para serem mencionadas, principalmente ao longo do capítulo 3.

Dito isso, o presente trabalho estrutura-se em três capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, busca-se apresentar melhor conceituação da interseccionalidade, ao trazer as principais referências acerca desta abordagem. Dentre elas: a autora a quem o conceito é atribuído Kimberlé Williams Crenshaw (2022); Lélia Gonzalez (1984), pensadora brasileira e uma das percussoras do feminismo negro no País; Carla Akotirene (2019), dentre outras. Logo após, é introduzido a noção de reprodução da lógica Sul-Norte na inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil advindas do eixo Sul-Sul, bem

como breve comparação entre bolivianas, haitianas e venezuelanas. Isso porque antes do aumento expressivo da migração venezuelana para o Brasil e, conseqüentemente, de mulheres desta nacionalidade, as responsáveis pela maior feminização das migrações no País foram as haitianas. No caso das bolivianas, demonstra-se forte presença das redes sociais de apoio, o que torna o Brasil um destino recorrente para essas mulheres. Além disso, essas três nacionalidades de imigrantes refletem bem os aspectos do trabalho precário e vulnerável conferido ao Sul Global, o mesmo não se observa quando comparamos os tipos de trabalho que mulheres imigrantes do Norte Global desempenham quando chegam ao território nacional.

O segundo capítulo traz os principais aspectos do corredor migratório Venezuela-Brasil, bem como discussões em torno das vulnerabilidades, desde a origem até o destino. Nesse aspecto, o teor emergencial e provisório no tratamento dessa população no Brasil é trabalhado. Em seguida, há um melhor detalhamento da estratégia de interiorização, suas diferentes modalidades e principais resultados, desde sua implementação até o momento. Com isso, a fim de trazer os dados mais atualizados, utilizou-se os relatórios de interiorização, assim como dados presentes no Painel de Monitoramento da Estratégia de Interiorização do Governo Federal.

Por fim, analisa-se o caso das venezuelanas interiorizadas a partir da perspectiva teórica adotada. São trazidos os principais dados presentes no relatório da pesquisa do projeto conjunto Moverse. São mapeados os principais aspectos dessa inserção laboral, levando em consideração os critérios supracitados na identificação e interpretação dessas informações. Desse modo, são trazidos ao final os fatores que parecem ser os principais desafios em termos de acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres venezuelanas, assim como a possibilidade de agendas futuras acerca do tema.

1 INTERSECCIONALIDADE E INSERÇÃO LABORAL DE MULHERES IMIGRANTES NO BRASIL

A interseccionalidade é aqui entendida como uma sensibilidade analítica, a qual visa observar a inserção laboral das mulheres venezuelanas no Brasil durante os últimos anos, sobretudo, por estarem inseridas em múltiplas categorias de opressão. Assim, esses fatores são centrais ao abordar a absorção das trabalhadoras desta nacionalidade. A discriminação interseccional apontada por Crenshaw (2002) mostra-se oportuna no que se refere às camadas complexas que entrecruzam a vida da mulher venezuelana no Brasil. Como apontado anteriormente, o presente trabalho não visa estabelecer relações causais entre os variados eixos de subordinação interseccional e o acesso ao mercado de trabalho, apenas mapear essas dificuldades e suas possíveis influências para esses impeditivos.

De acordo com Bertoldo (2021, p. 06):

O debate sobre a imigração para o Brasil e sua interseccionalidade com a questão racial e de classe (Redin e Bertoldo 2019) garante as condições teóricas para compreender como as estruturas da modernidade e as fronteiras nacionais (simbólicas, culturais e territoriais) ainda estão vivas e presentes para determinados grupos, a contrário das inúmeras narrativas pós-modernas sobre globalização, cidadania e nacionalidade. Movimentos completamente distintos de outros períodos da história do Brasil, os desafios enfrentados por essa imigração atual - a exploração no mundo do trabalho; o preconceito e a xenofobia; a difícil relação com o Estado e os órgãos de segurança; a burocracia e a negação de direitos - têm lugar nas históricas relações de dominação colonial, racista e capitalista da modernidade. Ou seja, os processos de exclusão da população migrante no país hoje e da possibilidade do direito à igualdade material (efetiva condição de igualdade no acesso a direitos) estão estruturados na concepção racializada e burguesa do Estado Nação, e legitimados pela exclusão no campo da igualdade formal, ou seja, da nacionalidade versus a estrangeiridade.

Desse modo, a abordagem interseccional mostra-se essencial para investigar e mapear as múltiplas realidades que configuram a inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil, dado o seu caráter abrangente e maleável. Reitera-se a noção de que a literatura acadêmica sobre a migração feminina se desenvolveu paralelamente com o aumento dos estudos feministas e de gênero. Apesar do crescimento dos estudos em torno das mulheres nos movimentos migratórios, ainda há certa carência de estudos mais detalhados que interpretem os diversos perfis e características da mobilidade feminina e relacionem com a perspectiva interseccional. Quando se analisa mulheres de diferentes grupos migratórios — várias nacionalidades — as diferenças entre perfis e características são mais nítidas, entretanto,

quando se observa mulheres de um mesmo grupo — apenas uma nacionalidade — as diferenças e as especificidades não são tão nítidas quanto no primeiro caso. Em razão disso, muitos estudos e pesquisas, por vezes, desconsideram as múltiplas categorias de análise que existem em um único grupo migratório.

As diversas categorias em que as mulheres migrantes estão inseridas são inúmeras, nesse sentido, a vivência e a experiência migratória será, também, impactada por esses aspectos que constituem suas identidades e subjetividades. O acesso ao mercado de trabalho nos países de destino é uma das esferas nas quais os impactos desses diversos eixos podem ser visualizados de forma concreta.

1.1 Interseccionalidade

O termo foi cunhado pela jurista estadunidense e estudiosa da teoria crítica da raça¹, Kimberlé Williams Crenshaw, em dos seus trabalhos no ano de 1989. A autora define a interseccionalidade como uma "conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação" (CRENSHAW, 2002, p. 177). Crenshaw (2002), lança o termo "subordinação interseccional" para explicar a invisibilidade que envolve questões relativas às mulheres marginalizadas, mesmo quando há conhecimento das situações em que se encontram. Utilizando a metáfora de intersecção, a autora faz analogias em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe "constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos" (CRENSHAW, 2002, p. 177). Assim, seria através dessas avenidas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Para a autora:

Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas as vias (CRENSHAW, 2002, p. 177).

¹ A Teoria Crítica da Raça (TCR) advém do campo jurídico, a partir de questionamentos críticos acerca das pretensões intelectuais da supremacia branca no âmbito da lei nos Estados Unidos. Tendo em vista o papel central do Direito na manutenção da hierarquia racial e nos sistemas de opressão. Nesse sentido, a autora e jurista Kimberlé Williams Crenshaw é uma das precursoras do desenvolvimento desses estudos.

Crenshaw (2002), ressalta que a discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada nos contextos em que “forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de forma a colocar as mulheres em posições, nas quais acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação.” (2002, p. 176). Como consequência, a discriminação que as mulheres sofrem acaba sendo vista simplesmente como sexista — se existir uma estrutura racial como pano de fundo — ou racista — se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo. No que se refere aos usos e possibilidades do conceito, Pereira (2021, p. 447) reconhece que:

Crenshaw apresentou elaborações adicionais sobre a interseccionalidade, agregando, inclusive, atenção à portabilidade do conceito para outros contextos. Ela afirma que gênero, raça e classe, bem como outros eixos de opressão (etnia, nacionalidade, religião, sexualidade, geração, habilidade/deficiência ou outros, a depender do contexto), configuram “sistemas de subordinação/discriminação” que não são totalmente distintos ou mutuamente excludentes. Ao contrário, eles sobrepõem-se e entrecruzam-se, e, de maneira dinâmica, criam intersecções complexas e geram desigualdades básicas e posições relativas entre mulheres, grupos étnicos ou raciais, classes sociais etc.

Apesar do termo ser atribuído à Crenshaw, Lélia Gonzalez também já trazia a noção de interseccionalidade nos seus trabalhos durante a década de 1980. Nesse contexto, a autora aponta os diversos eixos de subordinação que exercem violência sobre as mulheres negras na sociedade brasileira, ao interseccionar raça, classe e gênero. Para isso, é inserida a noção de mito da democracia racial e neurose cultural brasileira, a fim de denunciar as sucessivas vulnerabilidades que configuram as vivências das mulheres não brancas.

Gonzalez (1984), em uma de suas críticas, afirma que o Brasil é uma sociedade patriarcal, ou seja, as figuras de poder estão centralizadas nos indivíduos do sexo masculino e de origem europeia. Segundo a autora, o Brasil ainda não teria superado a escravidão porque não há espaços de discussão sobre a mesma e seu impacto sócio-histórico, econômico e cultural. Com isso, a estrutura patriarcal se mantém e se reproduz a partir do que ela chama de uma “neurose cultural”. Esta aparece de forma objetiva na estrutura de poder — desemprego, encarceramento em massa, falta de acesso à educação — e de forma subjetiva, pois essa dinâmica, que está na psique, faz parte da formação de homens e mulheres, negros e brancos, de diversas identidades e condições sexuais. Toda essa estrutura se reafirma a partir dos aspectos da neurose cultural.

Em conformidade, Carneiro (2020, p.01), traz as noções de colonialidade e seu reflexo na construção do racismo nas sociedades brasileira e latino-americanas como um todo. Para ela, “a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e

indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial” CARNEIRO, 2020, p. 01).

Do mesmo modo, evidencia-se que “a interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas”. (COLLINS; BILGE, 2016 apud COLLINS, 2017, p.03). Collins (2017, p. 03) defende a perspectiva de que a investigação interseccional dos múltiplos sistemas de opressão, não pode ser desvinculada das preocupações de justiça social. De acordo com a autora:

A construção da interseccionalidade ofereceu um termo guarda-chuva reconhecível, que fixava essas relações dinâmicas de modo a tornar o campo compreensível nas normas acadêmicas de autoria, propriedade e descoberta. Crenshaw está claramente defendendo a interseccionalidade como uma construção de justiça social, e não como uma teoria da verdade desvinculada das preocupações de justiça social (COLLINS, 2017, p. 03).

A autora Carla Akotirene (2019), entende a interseccionalidade como uma sensibilidade analítica para percepção da coexistência do racismo, sexismo, opressão de classe e muitas outras categorias. Essas opressões são operadas de maneira simultânea e contínua, o que faz com que a igualdade analítica seja central nos estudos interseccionais. Para ela, [...] “a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica” (AKOTIRENE, 2019, p. 23). A interseccionalidade, nesse aspecto, nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos. Ainda de acordo com a autora:

Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas (AKOTIRENE, 2019, p. 27-28).

Em seu artigo sobre a complexidade da interseccionalidade, a autora Leslie McCall (2005), situa o uso desta abordagem no nível metodológico no âmbito das ciências sociais. Para ela, existem três principais abordagens metodológicas nas pesquisas sobre interseccionalidade, sendo elas: complexidade anticategórica; intracategórica e intercategórica. A primeira surge em um momento de crítica e questionamento da validade

das categorias analíticas modernas na década de 1980, por teóricas feministas hegemônicas, pós-estruturalistas e antirracistas (MCCALL, 2005, p. 1776, tradução nossa)². Em suma, os estudos que se utilizam da complexidade anticategórica visam a desconstrução de tais categorias e do seu uso fixo. Sendo assim, uma abordagem pouco preferível pelas mulheres não brancas, visto que as categorias produtoras de desigualdades são questionadas.

Já a segunda abordagem, apesar de também questionar a construção social de algumas categorias, reconhece as suas relações duráveis e estáveis na estrutura social. Busca fugir de generalizações homogeneizantes e uma de suas estratégias é manter o foco do estudo em um único grupo social, dando ênfase para estudos de caso e metodologia de cunho qualitativo (MCCALL, 2005, p. 1781, tradução nossa)³. A terceira abordagem, por sua vez, “[...] concentra-se na complexidade entre vários grupos sociais dentro e entre categorias analíticas e não nas complexidades dentro de grupos sociais únicos” (MCCALL, 2005, p. 1786, tradução nossa)⁴. Sua estratégia metodológica foca no uso de métodos quantitativos para o desenvolvimento de análises comparativas. Conforme Pereira (2021):

A tipologia sugerida por McCall (2005) revela duas preocupações que atravessam a utilização da interseccionalidade na pesquisa e que as/os cientistas sociais frequentemente devem, de algum modo, equacionar em seus trabalhos: por um lado, o manejo do caráter histórico e contextual dos sistemas de subordinação e o caráter social das construções identitárias e categorizações; por outro, a necessidade de se considerar as assimetrias de poder e opressões, sem as quais o termo se dissociaria de seu sentido político (PEREIRA, 2021, p. 450).

As pesquisas sobre interseccionalidade devem, portanto, considerar os aspectos históricos da formação dos sistemas de subordinação, ao mesmo tempo em que não se desvinculam das preocupações de justiça social, ou seja, do seu teor político. Pereira (2021) tomando as considerações de McCall (2005) e de Choo e Ferree (2010) em conjunto, pontua que as questões levantadas pelas autoras trazem à tona quatro preocupações com as quais a

² No original: The methodology of anticategorical complexity was born in this moment of critique, in which hegemonic feminist theorists, poststructuralists, and antiracist theorists almost simultaneously launched assaults on the validity of modern analytical categories in the 1980s, though, as I said, often from differing perspectives and with different consequences for the course of feminist theory’s intellectual trajectory (MCCALL, 2005, p. 1776).

³ No original: In personal narratives and single-group analyses, then, complexity derives from the analysis of a social location at the intersection of single dimensions of multiple categories, rather than at the intersection of the full range of dimensions of a full range of categories, and that is how complexity is managed. Personal narratives and single-group studies derive their strength from the partial crystallization of social relations in the identities of particular social groups (MCCALL, 2005, p. 1781).

⁴ No original: The categorical approach focuses on the complexity of relationships among multiple social groups within and across analytical categories and not on complexities within single social groups, single categories, or both. The subject is multigroup, and the method is systematically comparative (MCCALL, 2005, p. 1786).

abordagem interseccional deve lidar: a visão antiessencialista das categorias sociais; as assimetrias de poder e o problema das opressões; a preocupação com a inclusão de grupos marginalizados; e a noção de que as desigualdades são multiplamente determinadas e estão interligadas (PEREIRA, 2021, p. 451).

Desse modo, reitera-se o fato de que a abordagem interseccional aqui adotada concentra-se na noção de sensibilidade e igualdade analítica, a qual não possui por fim hierarquizar as categorias de opressão, mas sim, demonstrar o peso de suas interações simultâneas e contínuas.

1.2 As reproduções da lógica Sul-Norte no âmbito laboral.

As migrações contemporâneas se expressam através dos desdobramentos da economia neoliberal do mundo globalizado, sendo um elemento de reprodução do capital internacional. Nesse aspecto, os processos migratórios ocorrem de forma heterogênea e a partir de uma complexidade de fatores micro e macroestruturais. O caráter perverso da globalização, como apontado por Milton Santos (2010), apresenta-se de maneira explícita nas dinâmicas de repulsão de homens e mulheres dos seus países de origem, desemprego e intensificação das desigualdades sociais. As crises econômicas são mais comuns, pois isso reflete que o ritmo dos fluxos transfronteiriços é rápido demais para ser sustentado. Para Baeninger (2021, p. 76),

As transformações globais na flexibilização do mercado de trabalho a partir da reestruturação produtiva (Harvey, 1993) geraram, a cada década no decorrer dos últimos cinquenta anos, relações de trabalho precárias (Sassen, 2010) e mercados de trabalho flexíveis, em particular pós-2008 (Standing, 2017). Nesse contexto, a dispersão espacial das indústrias, a temporalidade do trabalho e a desproteção social do trabalhador (Antunes, 2020) são fatores para a complexidade das migrações internacionais com a inserção de novos lugares, novas rotas e novos destinos para milhões de pessoas no mundo. No âmbito da mobilidade do capital e da força de trabalho, as últimas décadas têm apontado a crescente especialização profissional nos lugares de origem para a exportação dessa mão de obra: “o resultado é que exércitos de trabalhadores estão sendo mobilizados e movimentados em todo o mundo” (Standing, 2017, p. 168), garantindo aos países de destino o excedente necessário para a reprodução do capital e nos países de origem importantes remessas para o crescimento do produto interno bruto (BAENINGER, 2021, p. 78-79).

O mundo ficou mais interligado com a evolução e desenvolvimento de novas tecnologias, as quais possibilitaram um maior contato entre os migrantes e suas famílias nos países de origem. Nessa perspectiva, as barreiras da distância e das fronteiras são, de certo modo, mitigadas. As migrações contemporâneas são, portanto, permeadas pelas dinâmicas do

mundo digital e globalizado. Tal aspecto traz percepções importantes deste fenômeno, que precisam ser levadas em consideração em termos analíticos. Ainda de acordo com a autora:

A disseminação das relações econômicas e sociais e as transformações tecnológicas, em nível mundial, contribuem também para a complexidade das migrações internacionais, em especial com origem nos países pobres (De Hass, 2010). O autor enfatiza que as mudanças tecnológicas e de comunicação reduziram os custos associados à migração, permitindo a diversos grupos sociais o acesso a migrar. Além disso, as relações transnacionais entre migrantes possibilitam que migrantes permaneçam em contato com sua família e os seus locais de origem, mandem e recebam recursos financeiros, bem como tenham informações sobre os locais de destino e as oportunidades nesses países (BAENINGER, 2021, p. 76-77).

Assim, com a diversificação na mobilidade humana, cresce também os interesses acerca de novas agendas de pesquisa em relação ao tema. A literatura acadêmica sobre a migração feminina acompanha o desenvolvimento e crescimento dos estudos feministas, visto que os homens foram, historicamente, o principal objeto de pesquisa da área, o que lhe conferiu um papel de protagonista nos movimentos migratórios ao longo do tempo. Dessa maneira, "o debate sobre gênero se instaura, questionando ordens epistemológicas, atravessando territórios disciplinares, instaurando diálogo entre um movimento social — o feminismo —, e a academia" (CASTRO, 1992, p. 81).

Para Queiroz (2015, p. 25), desde a década de 1930, a proporção entre mulheres e homens envolvidos nos movimentos migratórios era relativamente equivalente, embora as pesquisas tenham dado destaque apenas aos homens como atores no processo. "A partir da década de 1960, críticos e teóricos feministas, tais como Grieco e Boyd (2003), questionam esse modelo e reivindicam a necessidade de estudar e enquadrar a mulher enquanto sujeito ou ator do processo migratório" (QUEIROZ, 2015, p. 25). Os estudos sob a ótica de gênero tornam-se essenciais por evidenciarem as diferentes características sociais entre homens e mulheres no que se refere à migração e inserção laboral nos países de destino. O gênero é, conforme Giddens (2005, p. 107), "um conceito socialmente criado, que atribui diferentes papéis sociais aos homens e às mulheres", sendo assim, uma forma significativa de estratificação social. Para o autor:

O gênero é um fator crucial na estruturação dos tipos de oportunidades e de chances de vida enfrentadas pelos indivíduos e por grupos, influenciando fortemente os papéis que eles desempenham dentro das instituições sociais, desde os serviços domésticos até o Estado. [...] A preponderante divisão de trabalho entre os sexos levou homens e mulheres a assumir posições desiguais em termos de poder, prestígio e riqueza (GIDDENS, 2005, p. 107).

Os estudos sobre gênero também se inserem no âmbito das migrações, que vêm tendo maior destaque ultimamente, principalmente, em torno dos debates sobre a feminização deste fenômeno e sobre as cadeias globais de cuidado, a partir dos deslocamentos de mulheres da periferia global para os países centrais do Norte. Desse modo, destaca-se que nos últimos dez anos “[...] a produção de trabalhos sobre gênero e migração cresceu enormemente, embora muitos desses trabalhos signifiquem sobretudo a abordagem da experiência das mulheres nos processos migratórios” (HERRERA, 2012, p. 37). Tendo como referência as dinâmicas migratórias de mulheres sentido Sul-Norte, Lisboa (2007) aponta que:

[...] as mulheres migrantes que cruzam fronteiras internacionais, em geral, ficam com a responsabilidade de prover suas famílias na pátria de origem. Esses processos transnacionais envolvem complexas relações entre os migrantes e seus países de origem, bem como requerem a formação de novas instâncias que incluem redes sociais: de conhecidos e parentes que já estão no país para o qual querem migrar; de ONGs e instituições que acolhem as mulheres migrantes e as encaminham; de operações econômicas de envio de dinheiro para os familiares no país de origem. É necessário pontuar, ainda, que o crescente fluxo migratório de mulheres para trabalhar como domésticas em países do Primeiro Mundo é consequência direta do desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal. Refêns da histórica dominação e exploração colonial que se perpetua através da dominação oligárquica de suas elites, as pessoas e as famílias não conseguem sobreviver em seus países (LISBOA, 2007, p. 808).

Dessa maneira, salienta-se as problemáticas que são levantadas e os questionamentos que são feitos nesses estudos, seja do ponto de vista político, sejam nos âmbitos econômico, social e laboral. Ao analisar as migrações do Sul em direção ao Norte Global, enfatiza-se que esses movimentos explicitam as desigualdades e a distribuição hierarquizada dos recursos globais, deixando nítida, também, a divisão sexual do trabalho, visto que as mulheres migrantes estão, sobretudo, situadas no setor de cuidados. Desse modo:

Como trabalhadoras domésticas, as mulheres migrantes enfrentam vários tipos de discriminação, tendo como norte uma subjetividade de classe que, imbricada com as condições de gênero e etnia, produz uma alquimia na subjetividade delas. Estas, no processo conflitivo e dialético de construção de sua subjetividade, de um lado lutando contra a discriminação de gênero, classe e etnia, e de outro afirmando sua identidade de mulheres e trabalhadoras domésticas que lutam por uma causa comum, têm na valorização de sua profissão uma conquista de autoestima e autoconfiança e um alicerce fundamental para seu processo de aculturação e emancipação (LISBOA, 2007, p.813).

No que se refere às mulheres migrantes, as desigualdades no mercado de trabalho são visíveis, sobretudo nos setores vinculados ao cuidado, “[...] pois este tipo de atividade, ao se mercantilizar, ainda traz os resquícios de uma atividade desempenhada por mulheres de forma gratuita, que o capital se apropriou sem remunerá-lo” (ANDRADE et al., 2020, p. 429). As

cadeias globais de cuidado são centrais nos estudos da feminização das migrações, com isso, salienta-se que a formação dessas cadeias responde à confluência de pelo menos dois fenômenos: “os Programas de Ajuste Estrutural (SAPs) e as sucessivas reformas neoliberais tiveram um impacto desproporcional nas mulheres dos países periféricos” (OROZCO, 2009, p. 04, tradução nossa)⁵. De acordo com a autora:

Enquanto os processos socioeconômicos que ocorrem nas arenas públicas têm sido debatidos abertamente e negociados dentro de parâmetros institucionais mais ou menos pactuados, a transferência do cuidado do trabalho para o espaço privado-doméstico supôs uma distribuição do trabalho baseada em coordenadas morais que terminam naturalizando uma distribuição profundamente desigual entre mulheres e homens. A ausência desse tema nas agendas públicas de desenvolvimento é o resultado final da naturalização dessa divisão sexual do trabalho (OROZCO, 2009, p. 07, tradução nossa)⁶.

“As mudanças econômicas e a intensificação das trocas internacionais aumentaram a participação da mulher no mercado de trabalho tanto em áreas formais quanto informais da vida econômica” (HIRATA, 2015, p. 114). No entanto, essa crescente participação se traduz, especialmente, em trabalhos precarizados e vulneráveis. Nesse contexto, a divisão internacional e sexual do trabalho apresenta-se como um aspecto central para se compreender as especificidades da migração feminina, bem como a inserção laboral nos países de destino. As dinâmicas de precarização do trabalho permeiam a realidade das trabalhadoras migrantes ao redor do mundo. Assim, “a importância atual do fenômeno de precarização do trabalho e do emprego é ilustrada de maneira paradigmática pelo paradoxo do aumento do emprego feminino acompanhado do crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário das mulheres” (HIRATA, 2009, p. 29).

Para a autora, a globalização traz uma bipolarização dos empregos femininos que, por sua vez, acompanha a estrutura desigual e hierarquizada entre países do Norte e do Sul. De um lado, “[...] estabelece-se um polo constituído por mulheres executivas de profissões intelectuais superiores, categorias que se feminizam (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras etc.)” (HIRATA, 2009, p. 30). Já do

⁵ No original: “The formation of these chains responds to the confluence of at least two phenomena. On the one hand, Structural Adjustment Programs (SAPs) and successive neoliberal reforms have had a disproportionate impact on women in peripheral countries” (OROZCO, 2009, p. 04).

⁶ No original: “Whereas the socioeconomic processes that take place in public arenas have been debated openly and have been negotiated within institutional parameters more or less agreed upon, the transfer of care giving work to the private-domestic space has supposed a labor distribution based on moral coordinates that end up naturalizing a deeply unequal distribution between women and men. The absence of this subject from the public development agendas is the end result of the naturalization of this sexual division of labor” (OROZCO, 2009, p. 07).

outro, “[...] mulheres que se mantêm nas ocupações tradicionalmente femininas: funcionárias públicas, da saúde, da educação, dos serviços aos particulares, auxiliares de enfermagem, enfermeiras, professoras primárias, profissionais do *home care*” (HIRATA, 2009, p. 30). Com esse duplo processo, há uma exacerbação das desigualdades sociais e dos antagonismos, inclusive, entre as próprias mulheres, o que nos mostra a importância de um olhar interseccional do problema.

Levando em consideração os aspectos da divisão sexual do trabalho entre países do centro e periferia, ressalta-se que “o modelo de trabalho vulnerável e flexível assumiu, nos países do Norte, a figura do trabalho em tempo parcial e, nos países do Sul, a do trabalho informal, desprovido de status e sem nenhuma proteção social” (HIRATA, 2009, p. 31). Nessa perspectiva, esse movimento de precarização do trabalho das mulheres é fortalecido e refletido nas migrações internacionais femininas. De acordo com Rodrigues e Vasconcelos (2010, p. 327), “o crescimento da migração feminina tem contribuído para chamar a atenção para a importância e contribuição das mulheres, tanto para a economia dos países de destino quanto para os de origem”. No entanto, as autoras pontuam que a migração é capaz de proporcionar tanto a obtenção de trabalho e de oportunizar melhores condições de vida, quanto expor a graves situações de vulnerabilidade e exploração (RODRIGUES; VASCONCELOS, 2010, p. 327). Bertoldo (2018, p. 317) aponta para algumas das motivações da migração feminina:

Desde o desemprego e a falta de oportunidades, a pobreza, violências familiares, necessidade de sustentar a família, melhores condições de educação para os filhos, existência de redes sociais e familiares, dentre outras situações estão nas motivações que levam as mulheres a migrar, buscando dar respostas às necessidades básicas do cotidiano.

Apesar dos estudos sobre gênero e migrações, historicamente, possuem um maior enfoque no eixo migratório Sul-Norte, ultimamente, há um crescimento dos estudos sobre migrações e gênero com ênfase para o contexto Sul-Sul. Dessa forma, Baeninger (2018), ao falar das contribuições da academia para um olhar do Sul do “Pacto Global da Migração”, acredita que o direito de migrar deve se constituir na tríade: migrações seguras/ordenadas/regulares. “Tendo em vista os desafios presentes nos estudos sobre as migrações internacionais contemporâneas, encontra-se a necessidade de compreender, a partir de epistemologias próprias ao Sul Global, as diferentes modalidades migratórias” (BAENINGER; JAROCHINSKI, 2021, p. 126).

Assim, faz-se crucial que as políticas migratórias reconheçam a presença crescente das mulheres nas migrações internacionais, bem como as relações assimétricas de gênero que permeiam os fluxos internacionais. Deve-se reconhecer, também, “suas especificidades e necessidades, no acesso às políticas de saúde, incluindo saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, políticas de emprego, de educação” (BAENINGER, 2018, p. 19). Conforme a autora:

[...] o Pacto deve promover mecanismos de inclusão e permanência, com vistas à estimular uma acolhida com respeito e dignidade, com o reconhecimento da diferença e contra as diversas formas de discriminação, racismo, xenofobia e exclusão. A contribuição regional da América Latina e Caribe e, especialmente, do Brasil, deve contemplar o reconhecimento ou explicitação de que as especificidades políticas, econômicas, culturais dos Estados e entre os Estados influenciam a governança internacional, contribuindo para que situações específicas, em diferentes contextos, façam com que os atores internacionais atuantes nas migrações internacionais tenham posicionamentos, pontos de vistas e encaminhamentos diferentes/desiguais para problemas/demandas semelhantes (BAENINGER, 2018, p. 20-21).

Ademais, evidencia-se o fato de que, “o Sul não é só emissor de emigrantes, visão calcada na perspectiva do Norte; é preciso enfatizar que sua posição geopolítica traz novos contornos aos fluxos de migrantes e refugiados nesses países” (BAENINGER, 2018, p. 21). A partir disso, entender as dinâmicas de gênero dentro do eixo migratório sul-sul é essencial para contextualizar as dificuldades da inserção laboral das mulheres que migram em busca de melhores condições de vida. Nesse aspecto, “é fundamental que se compreenda que as relações de gênero, os papéis e as hierarquias influenciam o processo migratório e produzem *outcomes* diferentes para as mulheres em todos os estágios do processo” (MIRANDA, 2011, p. 198).

Ao mencionar Marinucci e Milesi (2005), Queiroz (2015, p. 22), aponta para as problemáticas sociais e econômicas decorrentes da crise neoliberal contemporânea. As migrações são, também, uma das consequências desse contexto. No sistema econômico atual, observa-se crescimento econômico sem o aumento da oferta de emprego. “O desemprego passa a ser uma característica estrutural do neoliberalismo, e as pessoas, então, migram em busca de trabalho” (QUEIROZ, 2015, p. 22). Desse modo, o trabalho vai sendo caracterizado e vivenciado como uma tática de sobrevivência, principalmente quando envolve migrações forçadas, as quais deixam essas pessoas que se deslocam mais expostas a trabalhos exploratórios. “A migração transfronteiriça é um reflexo visível das desigualdades globais, seja em termos de bem-estar, liberdade, segurança, renda, riqueza, oportunidades de negócios e emprego, poder ou prestígio” (FAIST, 2019, p. 01, tradução nossa).

Em conformidade, “[...] a lógica do lucro impera sobre a lógica do progresso econômico e do desenvolvimento social e, portanto, todos os bens, objetos e valores são passíveis de negociação, como as pessoas, a educação, a sexualidade e os migrantes” (QUEIROZ, 2015, p. 22). De acordo com a autora, a migração resulta da interação de fatores macroestruturais, como a economia mundial, políticas de Estado, e as microestruturas, como as redes sociais formadas entre dois países fronteiriços (QUEIROZ, 2015, p. 24).

Através dessas noções, salienta-se que as esferas sociais brasileiras são influenciadas pela lógica da discriminação interseccional. A inserção laboral das mulheres, sobretudo, as racializadas, no mercado de trabalho brasileiro vai ser impactada pela lógica discriminatória. Dessa forma,

Se o Estado de origem se torna hostil à sobrevivência de mulheres fazendo com que partam, os locais de trânsito e destino nem sempre oferecem melhores condições. A sobreposição das categorias “mulher” e “migrante” produz uma dupla exclusão que acaba condicionando sua vivência em um cenário de vulnerabilidade, pois são vítimas das mesmas desigualdades e discriminações que incidem sobre as mulheres locais, somadas às opressões por ocupar a condição de sujeito migrante (ROSA, 2019, p. 143).

Nesta realidade, as mulheres imigrantes no Brasil estão inseridas em múltiplos eixos de subordinação interseccional e camadas de vulnerabilidades que se somam simultaneamente, as quais exercem violências e opressões em torno delas. Assim, diferentemente dos países do Norte global que possuem déficit de mão de obra no setor de cuidados, o Brasil, por sua vez, não detém tal característica. Entretanto, os trabalhos de cuidado são muito comuns dentre as mulheres imigrantes no Brasil, especialmente aquelas vindas do eixo Sul-Sul.

1.3 Inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil por nacionalidade: haitianas, bolivianas e venezuelanas.

Em seu estudo sobre a inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil entre 2011 e 2020, Tonhati e Pareda (2021, p. 156) afirmam que durante esta série analisada, inaugura-se no Brasil um processo de feminização das migrações, dessa forma, estaríamos vivenciando um aumento no número de chegadas de imigrantes mulheres e sua inserção laboral. A fim de corroborar com este argumento, elas apontam, a partir de gráficos que, a quantidade de mulheres que adentraram a fronteira brasileira cresceu de forma mais significativa a partir da segunda metade da década.

Para as autoras, “[...] se, por um lado, as haitianas foram as responsáveis pelo início do processo de feminização das migrações no Brasil, por outro lado, foram as venezuelanas que avolumaram e concretizaram o aumento do número de mulheres imigrantes no país” (TONHATI; PAREDA, 2021, p. 155). A partir dos dados analisados pelas autoras, constatou-se que uma das principais características da migração de mulheres haitianas para o Brasil era a reunião familiar. Já na migração de mulheres venezuelanas, não há tanto peso para os motivos de reunião familiar.

Foi, a partir de 2015, com o início dos deslocamentos dos venezuelanos, que se fez possível observar um crescimento contínuo na chegada de mulheres nos postos de fronteiras do país, e a ampliação na inserção laboral dessas imigrantes no mercado de trabalho formal. As venezuelanas, diferentemente das haitianas, tendiam a migrar junto com seus maridos ou companheiros, ou mesmo, sozinhas, na companhia de parentes e filhas/os (BARBOSA, TONHATI e HERRERA, 2020 apud TONHATI; PAREDA, 2021, p. 155).

Até o ano de 2015, eram as mulheres haitianas que lideravam os pedidos de solicitações de refúgio, entretanto, em 2016, as venezuelanas passaram as haitianas e permaneceram como a nacionalidade que mais solicitou refúgio no Brasil. Entre os anos de 2017 e 2018 houve um crescimento de 73,7% no número de solicitações de refúgio das venezuelanas. Em 2019, o número de solicitações (26.026) ficou próximo ao de 2018 (26.550). Já em 2020, o número de solicitações de refúgio sofreu com uma queda de -68,4%, comparando com 2019, devido à pandemia de COVID-19, os fechamentos das fronteiras e as proibições de viagens (TONHATI; PAREDA, 2021, p. 161).

Em 2019, foram registrados números mais próximos de solicitações de refúgio entre homens e mulheres, 55% e 45% respectivamente. “Dentre as mulheres, as venezuelanas chegaram a 70% do total de solicitações” (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020, p. 118). Do total de mulheres, 70% das solicitações entre 2016 a 2019 foram registradas no município de Pacaraima, localizado no norte do estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020, p. 120). Em termos de participação efetiva no mercado de trabalho, os índices das bases de dados RAIS-CTPS-CAGED demonstram que há uma crescente inserção laboral de mulheres imigrantes em trabalhos formais no Brasil de 2011 a 2019.

Apesar desse aumento, em termos relativos observa-se que o mercado formal não absorve por completo essa mão de obra. Ainda nesse sentido, os dados “demonstram que há uma grande rotatividade laboral e que a instabilidade no mercado de trabalho formal é vivenciada de forma constante; mesmo por aquelas mulheres imigrantes que conseguiram

trabalho formal por um período” (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020, p. 122). O período abrangido pelo relatório mostra-se maior em comparação ao pretendido neste trabalho, entretanto, verificou-se que uma maior inserção laboral das mulheres venezuelanas se deu por volta dos últimos três anos. Tendo em vista que o pico migratório desta nacionalidade acontece entre 2018 e 2019, bem como maior concretização da estratégia de interiorização. “Foi, a partir de 2015, com o início dos deslocamentos dos venezuelanos, que se fez possível observar um crescimento contínuo na chegada de mulheres nos postos de fronteiras do país, e a ampliação na inserção laboral” (TONHATI, PAREDA, 2021, p. 155-156).

Além disso, ao analisar os postos de trabalho ocupados por imigrantes no Brasil, os homens ocupam cerca de 70% e as mulheres ainda ocupam menos de 30% dos postos formais. Em relação à idade, a maioria das imigrantes admitidas no mercado de trabalho no Brasil eram mulheres jovens, o que nos aponta para um marcador social relevante: a faixa etária (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020).

De acordo com o Observatório das Migrações Internacionais (2020, p. 121), ao analisar os dados das bases da RAIS-CTPS-CAGED, é possível ter uma noção de como se dá a inserção laboral das mulheres imigrantes no país. “Em 2018, as venezuelanas prevaleceram entre as nacionalidades que mais emitiram carteira de trabalho no Brasil, superando as haitianas em 117%” (OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 2020 p. 121). Do total de carteiras de trabalho emitidas em 2019, 63% foram para venezuelanas. Isso nos permite observar que a principal nacionalidade de mulheres imigrantes que solicitam a carteira de trabalho no Brasil é originária da Venezuela. Assim, tal fato nos permite constatar que a busca por trabalho tem sido um dos principais objetivos por trás da migração de mulheres que vêm chegando ao país nos últimos anos.

Conforme Silva et al. (2019, p. 12) um aspecto essencial na compreensão de fluxos migratórios composto por mulheres é a presença das redes sociais. No caso das bolivianas, as redes são fundamentais para a efetivação do projeto migratório, contribuindo para a integração social e laboral delas. “A inserção laboral das mulheres bolivianas se dá principalmente no ramo de produção e venda no setor da costura, através de uma cadeia de produção que envolve das grandes marcas têxteis às menores e mais precárias oficinas” (SILVA et al., 2019, p. 12), as quais estão concentradas no estado de São Paulo. No que se refere às características da migração haitiana, os autores evidenciam que as redes sociais não são tão fortemente notadas nas interações socioculturais entre as mulheres, predominando espaços masculinizados de haitianos. Isso porque grande parte das mulheres desta

nacionalidade migram ao Brasil por motivos de reunião familiar. Em termos de inserção laboral, “as mulheres haitianas ocupam predominantemente postos de cozinheiras em restaurantes e de faxineiras em estabelecimentos terciários” no estado de São Paulo. (SILVA et al., 2019, p. 11).

Apesar da crescente demanda das imigrantes venezuelanas para a inserção no mercado formal, através das solicitações da carteira de trabalho, há baixa absorção da mão de obra dessas trabalhadoras ao se comparar com os trabalhadores do sexo masculino. Mesmo quando são contratadas, precisam lidar com a alta rotatividade do mercado, o que as coloca em situações de instabilidade e insegurança econômica. Tais disparidades são ainda mais expressivas quando comparamos os níveis de absorção de mão de obra entre venezuelanas interiorizadas e não interiorizadas. Para Bertoldo (2018, p. 315-316),

Toda essa dinâmica revela a maneira perversa de como a mulher tem sido inserida na articulação da economia global, estando intimamente associada aos fenômenos da feminização da pobreza e por outro lado, a forma utilitária como o mercado se apropria dessa mão de obra. A mulher migrante, além da situação de vulnerabilidade sofrida na condição de mulher, encontra também uma barreira na vulnerabilidade do sujeito imigrante, confinado a uma condição de não nacional pelo modelo político-jurídico do Estado Nacional e, por isso, um não sujeito.

As mulheres são maioria em termos de trabalho precário e vulnerável, o que faz com que a recorrência à informalidade seja significativa. Essa é uma realidade bastante dura, porém corriqueira e, muitas vezes, normalizada, visto que nosso modelo de estrutura econômica reforça diariamente a flexibilização das condições trabalhistas, a partir de uma intensa propagação dos ideais do empreendedorismo. Cabe reconhecer o papel importante que o empreendedorismo exerce em diversos contextos, entretanto, existe ultimamente um apelo massivo da perspectiva neoliberal em torno dessas noções, que tira de certa forma a responsabilidade social e pública na garantia do emprego decente e condições de acesso ao mercado de trabalho formal. Quando se trata especialmente de mulheres migrantes, a defesa dessas noções é ainda mais complexa e problemática, pois são grupos que já estão inseridos em um contexto vulnerável, nesse aspecto, a informalidade seria outro fator de agravamento dessa situação.

2 O CORREDOR VENEZUELA-BRASIL NO EIXO MIGRATÓRIO SUL-SUL: A MULHER MIGRANTE

A diáspora venezuelana é um dos movimentos mais expressivos e centrais no eixo migratório Sul-Sul atualmente. No ano de 2020, “os venezuelanos constituíram a segunda maior população de pessoas deslocadas através das fronteiras do mundo, depois dos sírios” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2022, p. 103, tradução nossa)⁷. Cabe destacar os fatores de origem como agentes centrais do deslocamento, ou seja, a crise política, econômica, social e humanitária do país, caracterizando-se como migração forçada. Mas, por outro lado, salienta-se que este fluxo com destino ao Brasil configura-se “[...] enquanto um processo de êxodo populacional permeado por reconfigurações nas dinâmicas migratórias socioespaciais” (JAROCHINSKI; BAENINGER, 2021, p. 123).

Nesse sentido, a partir da segunda metade da década de 2010 a imigração latino-americana cresce para o Brasil, com destaque para as nacionalidades haitiana e venezuelana. De acordo com Cavalcanti et al. (2020), a presença dos imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro foi marcada por um aumento considerável nos últimos anos. “O total de imigrantes no mercado de trabalho formal passou de 55,1 mil, em 2010, para 147,7 mil em 2019” (CAVALCANTI et al., 2020, p. 09-10). No entanto, apesar do crescimento desses trabalhadores no mercado de trabalho formal, muitos ainda enfrentam condições de exploração e desigualdades, em especial, aqueles inseridos nos deslocamentos forçados.

É indubitável, portanto, que os imigrantes venezuelanos chegam ao País em situação de vulnerabilidade, dada à natureza social de origem e os desafios enfrentados no trajeto. Para Jarochinski e Baeninger (2021), há três fatores que caracterizam a migração venezuelana para o Brasil: o de ser predominantemente regional; de ser marcada pela situação social na origem do fluxo; e de ter o status migratório estabelecido por meio de mecanismo de regularização *ad hoc*. A partir do entendimento desta terceira característica que se situa a noção de provisoriidade no tratamento da migração deste grupo em particular. Esta, por sua vez, tende a gerar situações de irregularidade e de baixa integração social e laboral.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (2019, p. 27, tradução nossa)⁸, “[...] o processo migratório potencialmente envolve uma variedade de lugares, atores

⁷ No original: “In 2020, Venezuelans constituted the second largest population of people displaced across borders in the world, following Syrians” (OIM, 2022, p. 103).

⁸ No original: “As such, the migration process potentially involves a variety of places, actors and situations that provide opportunities for protection but also an abuse of vulnerability” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION, 2019, p. 27).

e situações que oferecem oportunidades de proteção, mas também um abuso de vulnerabilidade”. Os migrantes são muitas vezes vulneráveis quando acabam de chegar a um novo país, especialmente quando não possuem redes de apoio pré-estabelecidas no local de destino, as quais mitigam os riscos de exploração. Nessa perspectiva,

A migração venezuelana é a migração pela sobrevivência. [...] Tal situação pode ser enquadrada como acolhida humanitária diante da nova lei de migração, todavia, a regulamentação da lei não delineou esse tipo de situação. Desta forma, pode-se afirmar que o Estado brasileiro demorou a se posicionar política e claramente de como entende o fluxo migratório venezuelano. Essa inércia deixou os migrantes em situação de insegurança jurídica, visto que as análises das solicitações de refúgio demoraram muito tempo e alternativas de regularização, que não o refúgio, ofereciam menores possibilidades de proteção e de direitos (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 272).

Assim, é em um contexto de políticas e normativas de teor provisório e emergencial que a migração venezuelana se situa no território brasileiro. Os dispositivos normativos mais utilizados são as autorizações de residência temporária, além de normas emergenciais. Dessa maneira, muitos migrantes recorrem às solicitações de refúgio que são utilizadas na tentativa de regularizar a sua permanência no País e assegurar direitos. Entretanto, há uma baixa concessão do status de refugiado para os venezuelanos, ao comparar com o número de solicitações. Como reflexo disso, de acordo com os dados fornecidos pelo CONARE, até 15/08/2018, isto é, com mais de dois anos do aumento da entrada de venezuelanos no Brasil, “[...] foram julgados apenas 88 processos de solicitações de refúgio de venezuelanos, sendo deferidas apenas 18 solicitações de refúgios” (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 273). Para os autores:

Pode-se observar que em 15/08/2018, das 22.263 solicitações de refúgios de venezuelanos de 2014 a 2017, restavam pendentes de instrução e julgamento 22.175 (99,6% do total). Grande quantidade de casos em situação indefinida que estavam aguardando um posicionamento do CONARE, o que era grave e representava uma grave omissão do Estado, demonstrando a incapacidade do Brasil em lidar de maneira oportuna a demanda de refúgio, que, pela lei, deveriam tramitar em regime de urgência, a fim de evitar incerteza jurídica prejudicial e danosa para a readaptação e inclusão social dessas pessoas (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 273).

A lógica provisória e emergencial conferida pelo Estado brasileiro ao êxodo venezuelano, traz enquadramentos jurídicos que não prezam por uma maior garantia de direitos. Os autores trazem esses apontamentos porque entende-se que o enquadramento dessas pessoas na condição de refugiado tende a conceder acesso a maiores direitos. Entretanto, reitera-se a omissão do Brasil e os entraves institucionais para a concessão. Em

virtude disso, uma das soluções jurídicas tem sido o visto humanitário, esse dispositivo foi fortemente utilizado na situação dos haitianos no Brasil após a imigração em massa após o terremoto em 2010. Assim, salienta-se que a migração venezuelana também é caracterizada como um fluxo misto, ou seja, existem pessoas solicitantes e não solicitantes da condição de refugiado. Apesar disso, todo o grupo migratório advém de um contexto forçado, o que lhes confere a condição de vulnerabilidade.

Para Bertoldo (2018, p. 317) “o status migratório é, certamente, um dos fatores que mais distanciam as mulheres migrantes das nacionais, constituindo o modelo de controle das migrações com base na desejabilidade do Estado”. Nessa perspectiva, evidencia-se que a condição de mulher e migrante “[...] intensifica os processos de exploração, já que, em muitos casos, essas mulheres precisam submeter-se às condições que lhe foram impostas em razão da necessidade de sobrevivência” (BERTOLDO, 2018, p. 318). Reitera-se, portanto, que as desigualdades de gênero e a divisão internacional e sexual do trabalho acompanham a experiência migratória feminina, desde a origem até o destino.

Conforme Gotardo et al. (2019, p. 09), mesmo diante da existência e vigência das normas internacionais e domésticas de proteção dos direitos humanos e fundamentais no Brasil, “[...] muitas violações a esses direitos ainda ocorrem em todos os setores da sociedade, inclusive e notadamente no que diz respeito aos trabalhadores imigrantes, que conjuntamente com muitos brasileiros, são submetidos ao trabalho escravo”. Assim, mulheres migrantes são mais suscetíveis ao trabalho precário e a diversas formas de exploração laboral.

2.1 Aspectos políticos, econômicos e sociais do fenômeno.

Apesar dos estudos sobre gênero e migrações, historicamente, possuem um maior enfoque no eixo migratório Sul-Norte, ultimamente, há um crescimento dos estudos sobre migrações e gênero com ênfase para o contexto Sul-Sul. Dessa forma, Baeninger (2018), ao falar das contribuições da academia para um olhar do Sul do “Pacto Global da Migração”, acredita que o direito de migrar deve se constituir na tríade: migrações seguras/ordenadas/regulares. “Tendo em vista os desafios presentes nos estudos sobre as migrações internacionais contemporâneas, encontra-se a necessidade de compreender, a partir de epistemologias próprias ao Sul Global, as diferentes modalidades migratórias” (BAENINGER; JAROCHINSKI, 2021, p. 126).

Assim, faz-se crucial que as políticas migratórias reconheçam a presença crescente das mulheres nas migrações internacionais, bem como as relações assimétricas de gênero que

permeiam os fluxos internacionais. Deve-se reconhecer, também, “suas especificidades e necessidades, no acesso às políticas de saúde, incluindo saúde mental, saúde sexual e reprodutiva, políticas de emprego, de educação” (BAENINGER, 2018, p. 19). Conforme a autora,

[...] o Pacto deve promover mecanismos de inclusão e permanência, com vistas à estimular uma acolhida com respeito e dignidade, com o reconhecimento da diferença e contra as diversas formas de discriminação, racismo, xenofobia e exclusão. A contribuição regional da América Latina e Caribe e, especialmente, do Brasil, deve contemplar o reconhecimento ou explicitação de que as especificidades políticas, econômicas, culturais dos Estados e entre os Estados influenciam a governança internacional, contribuindo para que situações específicas, em diferentes contextos, façam com que os atores internacionais atuantes nas migrações internacionais tenham posicionamentos, pontos de vistas e encaminhamentos diferentes/desiguais para problemas/demandas semelhantes (BAENINGER, 2018, p. 20-21).

Ademais, evidencia-se o fato de que, o Sul não é apenas emissor de emigrantes, visão calcada na perspectiva do Norte; é necessário enfatizar que sua posição geopolítica traz novos contornos aos fluxos de migrantes e refugiados nesses países (BAENINGER, 2018, p. 21). A partir disso, entender as dinâmicas de gênero dentro do eixo migratório sul-sul é essencial para contextualizar as dificuldades da inserção laboral das mulheres que migram em busca de melhores condições de vida. É fundamental que se compreenda que “[...] as relações de gênero, os papéis e as hierarquias influenciam o processo migratório e produzem *outcomes* diferentes para as mulheres em todos os estágios do processo” (MIRANDA, 2011, p. 198).

De acordo com o *World Migration Report 2022* (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2022), a atual situação crítica da Venezuela trouxe um impacto significativo nos fluxos migratórios na região e continua sendo uma das maiores crises de deslocamento e migração do mundo. Cerca de 5,6 milhões de venezuelanos deixaram o país até junho de 2021 e cerca de 85% (aproximadamente 4,6 milhões) mudaram-se para outro país da América Latina e Caribe. “A grande maioria partiu nos últimos cinco anos. Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil são alguns dos principais países de destino de refugiados e migrantes venezuelanos na região” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, 2022, p. 98).

Apesar do fluxo massivo de venezuelanos em direção ao Brasil nos últimos anos, Jarochinski e Abrahão (2019, p. 258), trazem uma perspectiva histórica das movimentações na fronteira Brasil-Venezuela. Tais informações apontam para uma maior entrada de brasileiros na Venezuela do que de venezuelanos no Brasil. No entanto, “há, a partir dos anos 1990, um aumento dos fluxos de saída do país, configurando um quadro em que há um

aumento das saídas, mas ainda há entradas de migrantes na Venezuela” (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 258).

Esse cenário muda completamente com a intensificação das tensões políticas e da crise econômica e social do país, sobretudo, após a morte de Hugo Chávez em 2013 e com a atual instabilidade política da gestão de Nicolás Maduro. Desde 2013, a Venezuela sofre com a deterioração da sua economia, a qual teve como uma das causas a queda do preço do petróleo, já que a economia do país é totalmente dependente deste recurso. “A partir de 2014, com o agravamento do problema de abastecimento de produtos e insumos básicos no país, inicia-se uma intensa emigração de venezuelanos” (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 258). No contexto brasileiro, o aumento considerável da entrada de migrantes começa no ano de 2014, especialmente na fronteira terrestre em Roraima (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 258).

A partir disso, salienta-se que a transição entre modelos de desenvolvimento nacional e as reconfigurações socioespaciais e geopolíticas no século XX e XXI são essenciais para uma melhor compreensão da mobilidade humana na região. Os movimentos migratórios para dentro e fora da Venezuela foram influenciados por diferentes momentos do país na conjuntura internacional. Conforme Vasconcelos e Santos (2021, p. 31),

Em meados dos anos 1950 a Venezuela viveu um processo de democratização marcado por conflitos que foram basilares na consolidação da representatividade de diferentes correntes políticas e segmentos sociais nas esferas de poder estatal (MENDES, 2010). O petróleo é o elemento central na composição desse cenário. O “ouro negro” foi responsável por mudanças expressivas na economia e na política do país. A descoberta dos primeiros poços de petróleo, ainda na década de 1920, atraiu expressivo capital estrangeiro e consolidou um aparato estatal forte responsável pela distribuição da maior parcela de riqueza do país (FERNÁNDEZ, 2019). A vinculação entre capital e Estado mediada pela produção e renda petroleira se manteve presente no processo de democratização do país.

Apesar de sua centralidade no processo de democratização do Estado venezuelano, a concentração da produção de petróleo enquanto principal atividade econômica, deixou uma economia fortemente dependente de grandes potências econômicas, a exemplo dos Estados Unidos. Economia esta que depende majoritariamente da exportação do seu maior bem primário — o petróleo — e da importação de bens de consumo básicos, visto o seu baixo nível de industrialização. Ao citar o comunicólogo venezuelano Adrian Padilha Fernández (2019, p. 180), os autores Vasconcelos e Santos (2021, p. 32) pontuam o poder da influência estrangeira nas diversas lógicas de consumo e produção da sociedade venezuelana as quais foram “[...] pautadas pelas relações com o Estado e a configuração de subjetividades que

naturalizavam a dominação do modelo norte-americano” (FERNÁNDEZ, 2019, p.180 apud VASCONCELOS; SANTOS, 2021, p. 31-32).

Nesse sentido, reitera-se a noção de que a mobilidade humana de venezuelanos durante o século XXI, principalmente na última década, possui uma realidade sociológica complexa. Portanto, as explicações generalizantes e estereotipadas desta migração muitas vezes corroboram com a desinformação e com a baixa compreensão sobre este fenômeno de grande impacto e desdobramentos para a região e para o mundo. A intensificação do êxodo venezuelano, de fato, ocorre por volta da segunda metade da última década, período este marcado pelo aumento das instabilidades política, econômica e social do país. Todavia, faz-se necessário a compreensão dos aspectos históricos e contextuais dessa migração, bem como das dinâmicas originárias desses deslocamentos. Assim:

Numa primeira avaliação podemos ser levados a concluir que os venezuelanos se sentem compelidos a deixar seu país principalmente devido à falta generalizada de acesso a serviços básicos como alimentação e saúde e ao futuro sombrio que vêm para si próprios e suas famílias na Venezuela (CARUSO et al., 2021; MAZUERA-ARIAS et al., 2020). Complementarmente, a perda de poder de compra e o colapso dos serviços públicos são comumente identificados como a principal fonte desse sentimento de frustração e impotência. Algumas opiniões remetem tudo ao regime político venezuelano responsabilizando o atual presidente, Nicolás Maduro, por esta saída gigantesca de venezuelanos para os países vizinhos. Mas será esta a causa desta situação migratória, algo tão simples de enunciar como esta explicação nos indica? Mudando o regime político ou o partido no poder tudo se alteraria e veríamos milhões de venezuelanos a regressar ao país natal? Talvez importe sublinhar a ideia de que a realidade sociológica desta migração é bem mais complexa (GÓIS; SILVA, 2021, p. 08).

Dessa forma, ressalta-se as migrações, especialmente as caracterizadas enquanto forçadas, como consequência das contradições da globalização e da geopolítica global do século XXI. No caso da Venezuela, a geopolítica do petróleo também é uma das chaves para analisar as características desta mobilidade humana. Sendo assim, compreender as migrações contemporâneas implica considerar a relação origem-destino, bem como as vulnerabilidades advindas da condição migratória.

2.2 Vulnerabilidades: Origem-Destino e a Lógica emergencial e provisória

A vulnerabilidade é um conceito bastante debatido no âmbito das migrações, no mundo do trabalho e nos estudos de gênero. No entanto, faz-se necessário explicitar que a presente análise não entende a vulnerabilidade enquanto intrínseca ao indivíduo migrante, mas sim, à sua condição, principalmente quando a situação migratória advém de um contexto

forçado, a partir de processos brutais de expulsão dos países de origem. Conforme Rosa et al., (2019, p. 142) “[...] vulnerabilidade não é um conceito que se aplica ao indivíduo, mas diz respeito a determinadas condições que trazem uma certa desvantagem social”.

A partir do reconhecimento das especificidades da migração de venezuelanos no Brasil, é importante destacar que, “o caso da migração venezuelana anuncia a complexidade do fenômeno migratório atual: mesmo sendo uma migração de vizinhança, os imigrantes recorrem às solicitações de refúgio para entrada e permanência no Brasil” (JAROCHINSKI; BAENINGER, 2021, p. 128). Desse modo:

O caso venezuelano pode ser analisado sob a perspectiva de Betts (2010), na qual alega existir uma migração de sobrevivência, em que há a combinação de desastre, a fragilidade do Estado e a falta de subsistência frequentemente, que interagem a ponto de criar uma necessidade de proteção distinta das existentes. É distinta, pois tem causas diferentes das previstas para o asilo e para o refúgio, na perspectiva da Convenção de Genebra de 1951. [...] De relevância, pois o que deveria importar para identificar um migrante como asilado/refugiado não é privilegiar qualquer causa imediata de movimento, mas antes, o limiar subjacente de direitos que, quando indisponíveis no país de origem, necessitam de passagem de fronteira como último recurso (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 260).

No que se refere à concessão de refúgio no caso venezuelano, apesar da alta recorrência de suas solicitações, o Estado brasileiro apresentou dificuldades e entraves para conceder o status de refúgio aos migrantes venezuelanos. Para Tavares e Cabral (2020, p. 126-127), “ [...] a longa inação do CONARE quanto ao reconhecimento ou não de sua condição de refugiado teve impacto direto na vida dos indivíduos no país”. Desde 2016, quando sua afluência aumentou consideravelmente, o comitê adiou progressivamente discussões e decisões a respeito. “Em vez disso, o governo criou um status de residência temporária para os venezuelanos, que muitos não podiam acessar devido à falta de documentação e só podiam confiar em seus pedidos de refúgio” (TAVARES; CABRAL, 2020, p. 127). Entretanto, isso representa a lógica provisória e emergencial pela qual o Estado brasileiro tem situado às ações de acolhida aos migrantes venezuelanos durante todo esse período de intensificação de suas entradas em território nacional.

Considerando que os recursos judiciais são imprevisíveis e podem levar a resultados negativos, “a maioria das pessoas – requerentes de refúgio e seus advogados – ainda prefere a certeza de pelo menos um status provisório, independentemente dos muitos anos que podem levar para que os recursos sejam julgados na esfera administrativa” (TAVARES; CABRAL, 2020, p. 126). Nesse sentido, cabe ressaltar as características do instituto do refúgio em âmbito nacional e internacional, bem como a dificuldade do Brasil em enquadrar

juridicamente os imigrantes venezuelanos afeta as experiências migratórias, sobretudo, a das mulheres, as quais sofrem sucessivas vulnerabilidades durante o processo. Segundo (JUBILUT, 2007, p. 44-45):

Após uma longa construção doutrinária, que culminou, na esfera internacional em seu âmbito universal, com a Convenção de 1951 e com o Protocolo de 1967, o status de refugiado é reconhecido a qualquer pessoa que sofra perseguição em seu Estado de origem e/ou residência habitual, por força de sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social. [...] No entanto, a efetivação dessa proteção ocorre no âmbito interno de cada Estado, os quais têm, conseqüentemente, a faculdade de aumentar este rol, fato que aconteceu, por exemplo, no caso brasileiro, que adota a grave e generalizada violação de direitos humanos como justificativa para o reconhecimento do status de refugiado.

No entanto, apesar do Brasil reconhecer a generalizada violação de direitos humanos como pré-requisito ao enquadramento do status de refugiado e a migração venezuelana ser caracterizada como forçada, há baixo reconhecimento das solicitações de refúgio ao longo dos últimos anos. Prevalece, nessa perspectiva, ações de acolhida de caráter emergencial, o que dificulta a efetiva integração social e, por conseguinte, laboral desta população, especialmente os que ainda não passaram por políticas públicas de inserção socioeconômica. “A demora de previsão adequada para o fluxo migratório de venezuelanos perpassa a falta de uma política pública migratória bem definida, clara e preocupada com os direitos humanos” (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 276). Ademais, “os migrantes que ingressaram entre o início do fluxo migratório e a regulamentação normalmente ficam em um limbo jurídico gerado pelo próprio Estado” (p. 276). Os autores argumentam que o estabelecimento de um enquadramento jurídico específico e emergencial para cada nova causa de migração é incoerente e ineficiente. Ainda conforme estes:

No caso brasileiro, o reconhecimento da grave e generalizada violação de direitos humanos é a possibilidade mais plausível de proteger esse tipo de migração forçada, por conta da necessidade de sobrevivência, que apesar de poder não se configurar nas hipóteses clássicas do refúgio de 1951, ainda assim, se configura em um grupo que necessita proteção e que tem um diploma internacional, a Declaração de Cartagena, e a própria lei de refúgio que o prevê. A aplicação do visto humanitário prevista na nova lei de migração já não parece acertada, pois, com a realização da solicitação de refúgio deve-se dar uma resposta ao pedido, além do que, não teria nenhuma vantagem, tanto para o solicitante como para a autoridade, deixar de reconhecer o refúgio e aplicar o chamado a acolhida humanitária (JAROCHINSKI; ABRAHÃO, 2019, p. 275).

O refúgio é um direito humano fundamental, baseado no princípio do *non-refoulement*, no qual o Estado destinatário não pode retornar o solicitante ao local de origem, assim, entende-se que não deveria haver discricionariedade na recepção dessas

peessoas, trata-se de obrigação do Estado abrir as portas e acolher. “Estes são os dois grandes vetores do refúgio que o diferenciam de qualquer outro: direito do refugiado e limitação da soberania” (JAROCHINSKI, ABRAHÃO, 2019, p. 275). A partir da dificuldade em relação à concessão do refúgio:

Após março de 2017, com a edição da Resolução Normativa nº 126/2017- CNIg, os migrantes venezuelanos puderam solicitar a "residência temporária", tipo emergencial criado para essa situação. Entretanto, dada a vulnerabilidade desses migrantes, há que se destacar que mesmo com a Portaria Interministerial nº 9, que melhorou o texto da Resolução, o caráter provisório e a necessidade de comprovação de renda para a autorização permanente se configuram em obstáculos para que esses migrantes acessem direitos sociais enquanto estejam com a condição de autorização temporária (JAROCHINSKI, ABRAHÃO, 2019, p. 275).

Outrossim, há discussões em torno da migração venezuelana na fronteira com o Brasil, em que a mesma, também, se configura como um típico caso de fluxo misto. Para Jarochinski et al., (2017, p.17) “estes conjugam a diversidade de fatores e motivos para que as pessoas migrem, porém, sempre se caracterizam pela especificidade de uma mobilidade que congrega refugiados e solicitantes de refúgio entre seus membros”. Tal percepção é pouco frequente nas ações estatais e das organizações, “[...] que acabam por atuar de forma generalista e tendem a classificar os diversos grupos migratórios da mesma forma, estabelecendo um comportamento padrão em relação aos migrantes e às políticas migratórias” (JAROCHINSKI et al., 2017, p. 17). Apesar disso, enfatiza-se a estratégia de interiorização como uma política pública de grande importância para maior integração dos venezuelanos.

2.3 A estratégia de interiorização

A estratégia de interiorização é a principal resposta socioeconômica do Governo Federal para a integração de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela para o Brasil, a mesma conta com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e é um dos pilares da Operação Acolhida — força-tarefa de cunho humanitário coordenada pelo Governo Federal, a qual visa oferecer assistência emergencial aos migrantes e refugiados venezuelanos que entram no território brasileiro pela fronteira com Roraima. Nesse aspecto, “a estratégia de Interiorização do Governo Federal, implementada pela Operação Acolhida, realoca voluntariamente pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas dos estados de Roraima e Amazonas para outras cidades do país” (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2022a, p. 03).

A estratégia implementada em 2018 representa um grande avanço no tratamento desse grupo migratório, pois é uma política pública pensada especificamente para fornecer melhores condições de integração social e oportunidades de trabalho. Nesse aspecto, as políticas públicas são extremamente necessárias quando se trata da integração de migrantes em qualquer local de destino, visto que o aglutinamento dessas pessoas em determinados espaços pode trazer situações de risco e entraves para melhores oportunidades de vida. Pois,

A concentração geográfica de determinados contingentes em certas regiões do país é uma tendência recorrente, e convém aos governos fazer algo em relação a isso, implementando medidas de distribuição e redistribuição da população migrante (NEWBOLD, 1999; HOU, 2005). No caso de Roraima, tais fatores seriam, principalmente, o isolamento geográfico do território do estado e a fronteira terrestre favorável a deslocamentos pendulares ocasionais. Como o estado tem baixa densidade demográfica, em termos comparativos, e as ofertas de trabalho estão concentradas em vagas no serviço público, a imigração intensa de venezuelanos, a partir de 2016, deixou expostos os limites de capacidade do governo local (inclusive os governos municipais) e da iniciativa privada (XAVIER, 2021, p. 05).

Dessa forma, deve-se levar em consideração a importância das políticas públicas para qualquer sociedade, já que através das mesmas a população realiza conquistas políticas, sociais e econômicas. Assim, salienta-se que as políticas públicas visam resolver problemáticas dentro de determinada sociedade. “A razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante” (SECCHI, 2013, p. 02). Diferentemente de outros autores que entendem as políticas públicas como “um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social” (SARAVIA; FERRAREZI, 2006, p. 30), Secchi (2013), entende a política pública enquanto uma ação, ou seja, a omissão é a inação ou negligência; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, dessa forma, a omissão ou inação é, portanto, uma decisão política.

Nessa perspectiva, a estratégia de interiorização é uma política pública de suma importância para os migrantes venezuelanos que chegam ao Brasil em situações de vulnerabilidade e com o desejo de se inserirem no mercado de trabalho.

O Programa de Interiorização implementado pelas Forças Armadas com o apoio de agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e organizações não-governamentais (ONGs) humanitárias, é encarregado da relocação voluntária de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e migrantes venezuelanos que vivem em Boa Vista para cidades em todo o Brasil. O objetivo do programa é proporcionar aos participantes maiores oportunidades de inclusão socioeconômica, bem como aliviar o ônus da resposta em Boa Vista. O programa dá prioridade aos venezuelanos que vivem em abrigos formais em Roraima, embora abranja qualquer

venezuelano que tenha condições socioeconômicas precárias como resultado de seu deslocamento (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019, p. 03).

Conforme o relatório de interiorização referente aos meses de julho e agosto de 2022 do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), a estratégia já conseguiu interiorizar cerca de 82.822 pessoas refugiadas e migrantes em todas as modalidades (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022a, p. 03). Para melhor compreensão, segue abaixo uma tabela ilustrativa dos números de pessoas interiorizadas entre 2018 e 2022.

Tabela 1. Número de pessoas refugiadas e migrantes interiorizadas em todas as modalidades/Faixa etária/sexo/Distribuição de pessoas interiorizadas por Unidade Federativa (2018-2022).

Número de pessoas interiorizadas por ano em todas as modalidades.	Faixa Etária/Sexo	Faixa Etária/Sexo	Faixa Etária/Sexo
2018= 4.972	60 ou mais= 1% feminino e 1% masculino.	35 a 39= 4% feminino e 4% masculino.	14 a 10= 4% feminino e 5% masculino.
2019= 22.228	55 a 59= 1% feminino e 1% masculino.	30 a 34= 5% feminino e 5% masculino.	5 a 9= 6% feminino e 6% masculino.
2020= 19.389	50 a 54= 1% feminino e 1% masculino.	25 a 29= 5% feminino e 6% masculino.	0 a 4= 6% feminino e 7% masculino.
2021= 19.668	45 a 49= 2% feminino e 2% masculino.	20 a 24= 5% feminino e 6% masculino.	
2022= 16.565	40 a 44= 3% feminino e 3% masculino.	15 a 19= 4% feminino e 5% masculino.	
Distribuição de pessoas interiorizadas por Unidade Federativa	Distribuição de pessoas interiorizadas por Unidade Federativa	Distribuição de pessoas interiorizadas por Unidade Federativa	Distribuição de pessoas interiorizadas por Unidade Federativa
Santa Catarina= 16.118	Minas Gerais= 5.001	Pernambuco= 894	Acre= 69
Paraná= 14.667	Mato Grosso= 2.904	Bahia= 843	Sergipe= 67
Rio Grande do Sul= 12.820	Rio de Janeiro= 2.309	Rondônia= 835	Maranhão= 50
São Paulo= 10.972	Distrito Federal= 2.111	Ceará= 479	Tocantins= 38
Amazonas= 5.307	Goiás= 2.110	Espírito Santo= 308	Piauí= 18
Mato Grosso do Sul= 5.049	Paraíba= 1.012	Rio Grande do Norte= 288	Alagoas= 13
Amapá= 6			

Fonte: ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Interiorização**, 2022a e ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES BRASIL. **Painel de Monitoramento da Estratégia de Interiorização do Governo Federal**, 2022.

Ainda de acordo com o relatório, os números mais recentes sobre pessoas interiorizadas são de 1.889 no mês de julho e 2.156 no mês de agosto de 2022 (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022a, p. 03). Entretanto, ao acessar o Painel de Monitoramento da Estratégia de Interiorização do Governo Federal, a estimativa mais recente consta cerca de 84.463 pessoas interiorizadas. Isso porque a temporalidade do relatório supracitado vai até o mês de agosto deste ano, por outro lado, os dados presentes no Painel de Monitoramento vão até o mês de setembro. No que se refere à faixa etária e sexo desses venezuelanos, os dados do Painel demonstram que há uma relativa equivalência entre homens e mulheres interiorizados e que uma parte considerável são de jovens e adultos, mas também há uma presença massiva de crianças.

Tais dados referem-se aos migrantes e refugiados interiorizados em todas as modalidades. Dessa maneira, faz-se necessário a distinção entre elas. O programa de interiorização compreende quatro modalidades através das quais os venezuelanos são realocados, sendo elas: 1) Abrigo-abrigo; 2) Reunificação familiar; 3) Oportunidades de trabalho e 4) Oportunidades lideradas pela sociedade civil (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019, p. 03). Segue abaixo uma tabela comparativa.

Tabela 2. As quatro modalidades da estratégia de interiorização.

1) Abrigo-abrigo	2) Reunificação familiar	3) Oportunidades de trabalho	4) Oportunidades lideradas pela sociedade civil
Liderada pelo ACNUR, que envia indivíduos e famílias de abrigos em Boa Vista para abrigos ou casas temporárias em cidades de destino.	Gerida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), envolve a transferência de pessoas que têm familiares que já vivem em outras partes do Brasil e que estão dispostos a acolherem essas pessoas.	Liderada pelas Forças Armadas Brasileiras, que estabelecem parcerias com empregadores brasileiros que estão dispostos a empregar diretamente trabalhadores venezuelanos.	Consistem em acordos feitos entre ONGs como a Cáritas e os Jesuítas, por exemplo, ou com igrejas e/ou organizações locais capazes de acolher pessoas de interesse em suas comunidades.

Fonte: ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **A Resposta Humanitária no Brasil: uma análise sobre a estratégia de interiorização**, 2019.

Desse modo, as modalidades de interiorização se diferem umas das outras, pois cada uma estabelece prioridades baseadas em critérios de vulnerabilidade e elegibilidade

compatíveis com a natureza dos arranjos e solicitações específicas dos organizadores ou empregadores. Assim:

Como resultado, o perfil das pessoas de interesse pode variar muito dependendo da modalidade, assim como os tipos de benefícios proporcionados no local de destino. Alguns dos benefícios aos quais os venezuelanos voluntariamente realocados têm direito nos primeiros meses de sua realocação são: alojamento temporário e apoio financeiro, apoio psicossocial e legal, acesso a itens de higiene, limpeza e alimentos e apoio para integração ao mercado de trabalho. Os benefícios são proporcionados por uma rede de instituições governamentais, não governamentais, da sociedade civil e empresas do setor privado (empregadores) em diferentes proporções dependendo da modalidade envolvida (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2019, p. 03).

No que se refere à distribuição de pessoas interiorizada por modalidade, os dados do Painel de Monitoramento da Estratégia de Interiorização do Governo Federal apontam que, em primeiro lugar, 47% do total foi interiorizado na modalidade de reunião social. Logo em seguida vem a de tipo institucional com 17%, a reunificação familiar com 16%, vagas de emprego sinalizadas com 10% e os outros 10% restantes não possuem informação (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES BRASIL, 2022). Em termos de distribuição por unidade federativa, os quatro estados que mais receberam os venezuelanos foram: Santa Catarina; Paraná; Rio Grande do Sul e São Paulo. Segue abaixo os números em detalhe, bem como as informações acerca dos demais estados.

A partir do exposto, infere-se que a estratégia de interiorização representa um ponto de partida para um recomeço de vida para esses migrantes e refugiados, proporcionando novas perspectivas de inserção socioeconômica. Todavia, nem todas as pessoas interiorizadas necessariamente conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, percebe-se isso, sobretudo, quando se faz o recorte de gênero. De acordo com o Resumo Executivo da primeira fase da pesquisa realizada pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), ONU Mulheres e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e executada pelo CEDEPLAR e pela Fundação IPEAD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sobre os desafios à integração local de refugiados e pessoas migrantes da Venezuela interiorizados durante a pandemia de Covid-19, constatou-se que:

As mulheres, tanto as interiorizadas quanto as não realocadas, têm maior probabilidade do que os homens de estarem desempregadas ou subempregadas. As mulheres, principalmente as negras, também ganham uma renda média mais baixa do que os homens. Essas dimensões de gênero devem ser levadas em consideração ao formular políticas voltadas para a população venezuelana e durante os diálogos de política sobre a proteção dos direitos das mulheres e outros grupos potencialmente marginalizados, como a população LGBTQIA +. [...] Entre os

beneficiários da Estratégia de Interiorização, os homens representam 52% e as mulheres 48%, com pouca variação entre as regiões de destino. As mulheres estão sub-representadas na modalidade baseada no emprego (30%) e constituem a maioria (54%) que se deslocam através do reagrupamento familiar. Para a população que permanece em abrigos em Roraima, há maior representação de mulheres do que de homens (54% versus 46%). Entre a população interiorizada, a maioria mora com o cônjuge ou companheiro no mesmo domicílio (68%) e tem pelo menos um filho (81%). Em comparação, a proporção da população abrigada em Roraima que vive com o cônjuge é um pouco menor (62%) e uma proporção maior de pessoas tem filhos (91%) (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU MULHERES, 2021, p. 01-02).

Em conformidade, evidencia-se que os venezuelanos interiorizados possuem maiores rendimentos em comparação com aqueles que ainda não passaram pela estratégia e permanecem em abrigamentos. “Apesar de a maioria da população venezuelana interiorizada ocupada se encontrar empregada no setor privado (68%), o grau de informalidade laboral desta população é relativamente baixo (15%)”. (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021, p. 03). Porém, percebe-se diferenças significativas entre os sexos: o grau de informalidade laboral das mulheres corresponde a 22% e o dos homens a 11%, ou seja, a informalidade feminina é duas vezes maior.

A partir desses dados, entende-se que as mulheres venezuelanas ainda não estão no mesmo grau de integração socioeconômica dos homens desta mesma nacionalidade, o que aponta para problemáticas relativas à desigualdade de gênero. Ainda conforme o Resumo Executivo supracitado, constatou-se que os venezuelanos que participaram da Estratégia de Interiorização têm níveis educacionais superiores, são mais proficientes em português e têm maior probabilidade de serem homens do que a população abrigada. “Esses resultados podem apontar para alguma seletividade da população-alvo e podem ter implicações para as políticas de inserção no mercado de trabalho” (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU MULHERES, 2021, p. 01).

Portanto, as análises trazidas por esse estudo deixam claro a ideia de que sexo, raça e etnia levam a desigualdades estruturais vividas pelos venezuelanos antes, durante e depois do processo de realocação, e tais diferenças precisam ser tratadas por políticas específicas. No entanto, faz-se crucial evidenciar que dentre as pessoas abrigadas em Roraima, 77% manifestaram a vontade de sair do estado, sendo que 52,25% já realizaram algum cadastro para participar da estratégia de interiorização. Os homens realizaram mais cadastros para participar do programa em relação às mulheres, com 54,22% ante 50,42% respectivamente (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU MULHERES, 2022, p. 69).

Em consonância, o próximo capítulo abordará exclusivamente as mulheres venezuelanas que passaram pela estratégia de interiorização entre o espaço de tempo (2018-2022). O objetivo final é mapear a partir dos dados o que parecem ser os principais desafios e impeditivos do acesso ao mercado de trabalho por essas mulheres, visto que já passaram por uma política pública de integração socioeconômica. Para isso, a perspectiva da interseccionalidade já debatida nos capítulos anteriores faz-se essencial em termos de sensibilidade analítica para interpretar os múltiplos marcadores sociais nos quais elas estão inseridas, bem como seus possíveis impactos no âmbito laboral. Sendo assim, reitera-se o caráter exploratório da pesquisa, a partir da análise do caso empírico.

3 O CASO DAS IMIGRANTES VENEZUELANAS INTERIORIZADAS: ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

As mulheres migrantes são mais suscetíveis ao trabalho precário e a diversas formas de exploração laboral, especialmente quando se trata de grupos migratórios advindos de um contexto forçado, a exemplo dos venezuelanos. Assim, o trabalho vai sendo enxergado e vivenciado como uma estratégia de sobrevivência. “A sobreposição das categorias ‘mulher’ e ‘migrante’ produz uma dupla exclusão que acaba condicionando sua vivência em um cenário de vulnerabilidade” (ROSA et al., 2019, p. 143). Tendo em vista que as mulheres migrantes acabam sendo vítimas das mesmas desigualdades e discriminações que incidem sobre as mulheres locais, somadas às opressões por ocupar a condição de sujeito migrante (ROSA et al., 2019, p. 143). Para Rodrigues (2019, p. 76-77),

As conquistas que promovem o empoderamento feminino apesar de ser uma realidade, como a autoestima feminina, o combate ao preconceito, não são o bastante para a conquista da equidade de gênero, a luta ainda exige o enfrentamento da realidade do trabalho precário e superexplorado, a invisibilidade da mulher migrante. Muitos são os obstáculos que trazem dificuldades sérias para as mulheres imigrantes, como exemplo, assumir suas qualidades profissionais e suas habilidades no trabalho no país de destino.

Dessa maneira, analisar a questão da inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil requer a conceituação sobre o trabalho decente. O conceito foi mencionado pela primeira vez no ano de 1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e trata-se de uma noção de grande importância no que diz respeito ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU), mais especificamente o ODS de número 8. O qual visa a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos. O trabalho decente passa a ser conceitualizado como: “[...] o ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos: a promoção dos direitos no trabalho, a geração de empregos produtivos e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2015, p. 27). O trabalho não deve apenas suprir as necessidades básicas dos indivíduos e seus familiares, mas também servir como um mecanismo de proteção social, o qual precisa estabelecer relações entre empregados e empregadores conforme a lei. Ainda nessa perspectiva,

A noção de Trabalho Decente integra, portanto, a dimensão quantitativa e qualitativa do emprego. Ela propõe não apenas medidas de geração de postos de trabalho e de

enfrentamento do desemprego, mas também de superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras e/ou degradantes. Afirma a necessidade de que o emprego esteja também associado à proteção social e aos direitos do trabalho, entre eles os de representação, associação, organização sindical e negociação coletiva (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2015, p. 28).

A noção de trabalho decente nos instrumentaliza a pensar as condições de acesso ao mercado de trabalho entre as mulheres imigrantes no Brasil, visto que estas representam a maior parcela dos que se encontram em situação de informalidade. Ressalta-se, nesse aspecto, que o aumento do emprego feminino tem sido acompanhado do crescimento simultâneo do trabalho vulnerável e precário. Por isso, enfatiza-se a centralidade de políticas públicas de integração socioeconômica que priorizem o acesso de mulheres imigrantes ao mercado de trabalho formal, — a exemplo da estratégia de interiorização — a fim de mitigar os riscos de exploração.

Nesse sentido, ao olhar para as mulheres venezuelanas interiorizadas, cabem as seguintes indagações: Qual a relação entre a estratégia de interiorização e o acesso ao mercado de trabalho? Quais os principais impeditivos e desafios para a inserção laboral das venezuelanas interiorizadas? Os marcadores sociais em que elas estão inseridas são centrais para mapear tais desafios? O que a perspectiva interseccional nos permite inferir das informações coletadas? O presente capítulo busca, portanto, trazer ao final do mesmo algumas análises e conclusões que ajudem a responder tais questionamentos, ou pelo menos, traçar um caminho e um ponto de partida para que os mesmos possam ser explorados de uma melhor forma em futuras pesquisas. Isso porque este trabalho não possui natureza explicativa, contudo, pretende-se trazer novos questionamentos acerca do tema e novas possibilidades de abordagem para investigação do fenômeno.

Como já mencionado anteriormente, os principais dados que serão trazidos para fazer o mapeamento da dinâmica de acesso ao mercado de trabalho e integração socioeconômica pelas venezuelanas advém das duas fases da pesquisa “Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a Pandemia de Covid-19” realizada através da cooperação técnica e atuação conjunta da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da ONU Mulheres e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), com o financiamento do Governo de Luxemburgo, a partir de dois programas – LEAP e MOVESE. Sendo executada pelo CEDEPLAR e pela Fundação IPEAD da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O resumo executivo lançado em 2021 e o

relatório completo da pesquisa lançado em 2022 são os principais documentos de extração dessas informações. Iniciado em setembro de 2021, o programa conjunto MOVESE - Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes no Brasil - tem como objetivo geral:

[...] garantir que políticas e estratégias de governos, empresas e instituições públicas e privadas fortaleçam os direitos econômicos e as oportunidades de desenvolvimento entre venezuelanas refugiadas e migrantes. Para alcançar esse objetivo, a iniciativa é construída em três frentes. A primeira trabalha diretamente com empresas, instituições e governos nos temas e ações ligadas a trabalho decente, proteção social e empreendedorismo. A segunda aborda diretamente mulheres refugiadas e migrantes, para que tenham acesso a capacitações e a oportunidades para participar de processos de tomada de decisões ligadas ao mercado laboral e ao empreendedorismo. E a terceira frente trabalha também com refugiadas e migrantes, para que tenham conhecimento e acesso a serviços de resposta à violência baseada em gênero. O programa tem duração até dezembro de 2023. O MOVESE é o segundo programa conjunto das três agências da ONU e o Governo de Luxemburgo (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 02).

Dentre os critérios priorizados para o diagnóstico e análise da referida pesquisa, encontram-se: 1) as características sociais e econômicas da população sob investigação; 2) o seu acesso a documentos de identificação e outros; 3) inscrição no cadastro único e acesso à carteira de trabalho; 4) inserção laboral e vulnerabilidades atreladas à autossuficiência socioeconômica; 5) acesso a oportunidades de emprego e geração de renda; 6) status de renda e vulnerabilidades dele decorrentes; 7) acesso a serviços e benefícios sociais, e 8) segurança alimentar (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 12).

No que se refere à descrição metodológica adotada, foram elencados dois conjuntos de população-alvo: 1) Pessoas venezuelanas interiorizadas por intermédio da Operação Acolhida, distribuídas nas diversas Unidades da Federação (UF) brasileiras, exceto Roraima; 2) Estoque de pessoas venezuelanas residentes em Roraima, não indígenas e que tinham telefone de contato. A população total considerada para fins da análise é de 21.527 pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e setembro de 2021, com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e 3.912 pessoas de origem venezuelana (não indígenas) residentes em abrigos em Boa Vista com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos entre junho e outubro de 2021 (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 16).

Desse modo, o mapeamento desses dados e informações serão analisados e interpretados a partir da perspectiva teórica interseccional. Essa análise não pretende comprovar relações diretas de causa e efeito entre os diferentes marcadores sociais

identificados nos dados e o nível de absorção da mão de obra dessas mulheres, mas sim, trazer questionamentos e discorrer sobre as diferentes realidades que configuram a vivência das mulheres venezuelanas que passaram pelo processo de interiorização. Para além das categorias “mulher” e “migrante” ainda existem outros eixos de opressão em que elas estão inseridas, assim, faz-se necessário investigar essas opressões que ocorrem de forma simultânea, especialmente quando estamos tratando de um ambiente como o mercado de trabalho. O qual pode ser descrito como um espaço em que a divisão sexual do trabalho e as desigualdades se mostram ainda mais explícitas.

3.1 Síntese dos principais dados extraídos da Pesquisa do programa conjunto Moverse.

O relatório da pesquisa Moverse aponta para algumas das principais características do perfil sociodemográfico dos imigrantes venezuelanos interiorizados. Apesar do número de interiorização entre homens e mulheres ser relativamente próximo — 51% dos homens ante 48,28% das mulheres — elas representam apenas 27,37% da população interiorizada por vaga de emprego sinalizada (VES) e constituem a maioria na modalidade de reunificação familiar com cerca de 57,30%. Entre as pessoas abrigadas, nota-se representação maior das mulheres que perfazem 52,91% enquanto os homens, 47,09% (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 17). Isso nos sinaliza um aspecto importante sobre o projeto de interiorização, pois é possível inferir que existe uma assimetria entre homens e mulheres na modalidade vaga de emprego sinalizada.

A condição de migrante traz a situação de vulnerabilidade para essas pessoas, contudo, a condição de mulher e migrante intensifica essa situação, visto que os eixos de opressão estão operando de forma simultânea, ou seja, há uma dupla vulnerabilidade. Além disso, evidencia-se que existe uma forte cultura machista e patriarcal dentro da própria comunidade venezuelana no Brasil, fazendo com que os homens sejam vistos como as figuras de autoridade e principais responsáveis pelo sustento familiar. De acordo com Akotirene (2019, p. 27-28), “o pensamento interseccional nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências”.

No que se refere à inserção laboral das venezuelanas interiorizadas, apesar de ser uma população relativamente homogênea em termos de status migratório, — documentada — constatam-se importantes variações nas dimensões de gênero, região de destino e modalidade de interiorização e suas experiências de inserção no mercado de trabalho. A população interiorizada participante da força de trabalho é de 84,61%, embora a taxa de atividade laboral

feminina seja consideravelmente mais baixa (72,23%) do que a masculina (96,16%). Em relação às pessoas que ainda se encontram em abrigamentos, a participação feminina no mercado de trabalho é ainda mais baixa (33,51%) do que a masculina (78,10%) (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 40). Veja a tabela comparativa abaixo:

Tabela 3. Participação de mulheres interiorizadas e não interiorizadas no mercado de trabalho/Taxa de desemprego/Subutilização da força de trabalho feminina/Proporção de mulheres venezuelanas com filhos.

Participação de mulheres interiorizadas e não interiorizadas no mercado de trabalho	Taxa de Desemprego	Subutilização da força de trabalho	Proporção de mulheres venezuelanas com filhos.
Mulheres interiorizadas= 72,23%	Mulheres interiorizadas= 18%	Mulheres interiorizadas= 41,32%	Mulheres interiorizadas= 86,51%
Mulheres não interiorizadas= 33,51%	Mulheres não interiorizadas= 45%	Mulheres não interiorizadas= 78,74%	Mulheres não interiorizadas= 94,51%

Fonte: CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES. **Moverse: Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a Pandemia de Covid-19, 2022.**

Em virtude disso, pode-se inferir que a estratégia de interiorização é bastante eficaz quanto aos seus objetivos de integração socioeconômica, entretanto, há debilidades quando se faz o recorte de gênero, ou seja, existem desigualdades entre homens e mulheres nesse processo. Ademais, também é possível identificar uma desigualdade significativa entre mulheres interiorizadas e aquelas que ainda estão em abrigamentos, isto é, que ainda não passaram por uma política pública voltada à sua integração socioeconômica.

Esse padrão de diferença por sexo também está refletido em termos de desemprego, tanto para as pessoas interiorizadas quanto para as em abrigamentos. Enquanto na população total de pessoas venezuelanas interiorizadas a taxa é de 11%, ela chega a quase 18% entre as mulheres e a 6,4% entre os homens. Ou seja, o desemprego feminino é quase três vezes maior em relação ao masculino, apesar dessas mulheres já terem passado por uma política pública de integração socioeconômica. Isso nos permite entender que o recorte de gênero precisa ser trabalhado de forma mais ampla e intensa pelas autoridades e instituições responsáveis pela coordenação e execução do programa. Já em relação às pessoas em abrigamentos, a taxa de

desemprego da população venezuelana em Roraima é de 30,73%, chegando a quase 45% entre as mulheres e 24% entre os homens (CEDEPLAR/IPEAD, ACNUR, UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 41).

No quesito desemprego, também é possível identificar uma desigualdade significativa entre mulheres interiorizadas e as que permanecem em situação de abrigamento. Sendo assim, constata-se que a estratégia de interiorização é um elemento de diferenciação entre as mulheres venezuelanas. Em termos de subutilização da força de trabalho entre a população interiorizada, a feminina é de 41,32%, isto é, 3,5 vezes a taxa de subutilização masculina, que é de 11,81%. Já em relação à população abrigada, a taxa de subutilização da força de trabalho feminina é de 78,74%, ou seja, duas vezes a masculina, com cerca de 37,75% (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 42).

Mas o que é a Subutilização da Força de trabalho? O conceito foi formulado para “complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação (*unemployment*), que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (*employment*)” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021, p. 03). São identificados três componentes mutuamente exclusivos: 1) os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas; 2) os desocupados e 3) força de trabalho potencial. Nessa perspectiva, as mulheres venezuelanas não interiorizadas são as maiores detentoras da mão de obra ociosa. Contudo, apesar das mulheres que passaram pelo processo de interiorização estarem em um patamar mais favorável em comparação às que estão em abrigamentos, elas ainda estão em desvantagem ao se comparar com os homens. O que corrobora para o argumento de que o marcador social “gênero” possui centralidade no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho entre os imigrantes desta nacionalidade.

O rendimento médio das mulheres interiorizadas também é menor em comparação aos homens, todavia, o rendimento das mulheres não interiorizadas é ainda menor. Sendo o rendimento real médio mensal das mulheres interiorizadas cerca de R\$ 1.177,63 ante R\$492,36 das venezuelanas em abrigamentos. No que se refere ao rendimento real médio per capita, nas pessoas interiorizadas corresponde a R\$ 704,99 e nas pessoas em Roraima a R\$ 82,74 (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 43).

O rendimento real médio mensal do trabalho principal habitual da população venezuelana interiorizada ocupada com 18 anos ou mais é de R\$1.450,98, sendo quase 32% superior ao salário-mínimo vigente no Brasil em 2021, ainda que mais baixo entre as mulheres, R\$1.177,63. Porém, o rendimento real médio mensal per capita entre a população venezuelana interiorizada e seus corresidentes é baixo e ligeiramente superior a meio salário-mínimo vigente no Brasil em 2021 (R\$704,99). Finalmente, entre a população desocupada o tempo médio sem trabalhar após a

interiorização é quase dois meses maior entre as mulheres (7,3 meses) em comparação com os homens (5,5 meses) (p. 43). A situação é mais desalentadora entre a população venezuelana em Roraima: o rendimento real médio mensal do trabalho principal habitual da população abrigada ocupada com 18 anos ou mais é de R\$666,90, sendo um pouco mais da metade do salário-mínimo vigente no Brasil em 2021 - R\$492,36 entre as mulheres e R\$710,62 entre os homens. Porém, o rendimento real médio mensal per capita entre a população venezuelana abrigada e seus corresidentes é extremamente baixo, correspondendo a cerca de 7% do salário-mínimo vigente no Brasil em 2021 (R\$82,74). Finalmente, entre a população desocupada o tempo médio sem trabalhar desde a chegada no Brasil é similar entre homens e mulheres, aproximadamente 5 meses (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 43).

A desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres não é uma particularidade da migração venezuelana no Brasil, pois essa é uma realidade que já está presente no mercado de trabalho brasileiro. As mulheres nacionais também precisam enfrentar os desafios da baixa paridade de gênero diariamente, no entanto, as imigrantes venezuelanas estão situadas em alguns sistemas de subordinação interseccional distintos das nacionais, a exemplo da condição migratória, da nacionalidade, da língua, da invalidação de diplomas em muitos casos. Sendo assim, os baixos rendimentos e maior subutilização desta força de trabalho nos permite alertar para os riscos de exploração e trabalho forçado entre essas mulheres, principalmente para as que ainda não passaram por nenhuma política pública de integração social e empoderamento econômico.

Para Queiroz (2015, p. 15) a migração de mulheres é um fenômeno que merece atenção, sobretudo “[...] porque se trata de um grupo social vulnerável, suscetível a vários tipos de violência, principalmente o trabalho escravo, a exploração sexual e o tráfico humano”. Nessa perspectiva, no que se refere a meios de assistência social, o acesso ao Cadastro Único ou registro no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), os dados da pesquisa revelam que praticamente metade das pessoas interiorizadas não possui esse registro. Em relação às pessoas abrigadas, essa proporção é ainda menor.

Estima-se que a proporção maior de pessoas abrigadas sem registro no CadÚnico ou no CRAS decorre do fato de que essa população tem suas necessidades alimentares e de moradia já atendidas, reforçando a dimensão de que o abrigo é, em primeiro lugar, espaço de acesso prioritário aos serviços básicos e, em segundo, acaba por subsumir as esferas de relacionamento entre a população venezuelana e as autoridades brasileiras, afetando as dinâmicas de integração em Roraima (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 31).

Nesse sentido, a pesquisa também aponta que se estima forte correlação entre os dados relativos à inserção laboral e de renda e cadastro nos programas sociais, assim como observado para população residente no Brasil. Os resultados constataram que há maior

dificuldade de inserção laboral entre mulheres, especialmente para aquelas com muitos filhos e famílias monoparentais, o que as levaria a buscarem mais as políticas assistenciais do Estado Roraima (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 32). Isso também se adequa para o caso das mulheres interiorizadas, que dependem ainda mais da sua inserção no mercado de trabalho para sobreviver e conseguir algum tipo de renda.

Instituições participantes apontaram para casos de mães jovens e sozinhas com filhos pequenos interiorizadas e que, nessa condição, possuem demandas específicas de apoio e desafios maiores de inserção laboral, tornando mais longo seu processo de integração e, por conseguinte, o tempo de apoio das entidades atuantes com esse público nos locais de destino da interiorização, fora a necessidade de inseri-las nas redes de proteção social. O fechamento das creches pela pandemia e dificuldades de integração em alguns municípios apontam para necessidade de estratégias específicas para mulheres nessas situações e monitoramento e potencial reassentamento de famílias que já foram interiorizadas com esse perfil (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 32).

Apesar das mulheres interiorizadas estarem em uma situação relativamente melhor em termos de integração socioeconômica em comparação com as mulheres abrigadas, elas precisam lidar com a alta rotatividade comum ao mercado de trabalho brasileiro e com a falta de uma rede de apoio para que possam deixar os seus filhos. Em especial quando são realocadas para locais em que não possuem família ou conhecidos. Ou seja, essas mulheres não possuem rede de apoio doméstica para tranquilizá-las em relação ao cuidado dos filhos, que por sua vez, conforme os dados demonstrados, grande parte são menores de 10 anos. Com isso, as redes de proteção social são centrais para que as mulheres migrantes possam se inserir de forma completa no âmbito laboral. É possível evidenciar, portanto, que a maternidade é uma categoria de análise extremamente central ao se tratar do acesso e condições de permanência no mercado de trabalho.

Em decorrência disso, a pesquisa aponta que a assistência emergencial provida nos espaços dos abrigos “parece influenciar negativamente na busca por outras estratégias de integração e formas de apoio e proteção social, se comparadas com a população venezuelana interiorizada” (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 32). Ademais, no que tange ao número de pessoas venezuelanas com conta bancária no País, 26,8% das pessoas interiorizadas e quase 85% das abrigadas reportaram não possuir conta bancária no Brasil. Entre as mulheres, a participação das que têm conta bancária é inferior à dos homens, tanto as interiorizadas quanto as abrigadas.

Essa expressiva diferença reflete o fato de as pessoas interiorizadas já estarem mais inseridas no mercado de trabalho e na busca ativa por renda em comparação com as abrigadas, conforme pode-se inferir dos dados de inserção laboral e renda. A

desigualdade de gênero observada no mercado de trabalho também se revela na diferença de acesso das mulheres, tanto entre as pessoas interiorizadas, quanto entre as abrigadas, à conta bancária no Brasil. Por fim, destaca-se que os dados apresentam um cenário desafiador para a implementação de ações de apoio que envolvam acesso a crédito e soluções financeiras, pois parcela significativa da população está excluída do sistema bancário brasileiro, sobretudo em Roraima (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 32).

Dessa maneira, a integração dessas pessoas, sobretudo das mulheres venezuelanas no sistema bancário brasileiro, faz-se essencial para que haja melhores condições de acesso a recursos financeiros, inclusive, até para o próprio recebimento de salários. A familiarização com as contas bancárias no Brasil também é necessária para participação em projetos que envolvam o próprio negócio, especialmente para as pessoas que ainda estão na informalidade. Qualquer oferta de serviço, hoje, requer a utilização das mais variadas formas de pagamento, tais como: cartão de débito e crédito, Pix, transferência bancária e outros. Assim, a não utilização dessas ferramentas limita ainda mais as possibilidades de ganho independentemente do setor.

No quesito dificuldade em relação ao trabalho, evidenciou-se uma diferença considerável por gênero: 28,78% das mulheres relataram dificuldades em relação ao trabalho, em comparação com os 23,87% dos homens (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 37). Essa maior dificuldade das mulheres no trabalho indica um dos maiores problemas da migração no Brasil pois, sem o trabalho, não existem meios de sobrevivência básicos. “É expressiva a diferença regional - as pessoas interiorizadas para as demais regiões encontram muito mais dificuldade do que os que se interiorizam para a região Sudeste e Sul” (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 37). Em termos revalidação de diplomas para melhor acesso a trabalhos em suas áreas de atuação, durante a pesquisa qualitativa, várias pessoas apontaram que fatores como a ausência de “uma política de revalidação de diplomas, de complementação e continuidade dos estudos realizados na Venezuela, cria um ambiente no qual há profissionais qualificados para determinadas funções, mas que não conseguem acessá-las” (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 38). Como consequência, muitas pessoas interiorizadas acabam assumindo ocupações distintas de suas qualificações e competências, concorrendo por vagas mais disputadas e de menores remunerações.

Apontou-se, ainda, a dificuldade de compreensão por parte das pessoas venezuelanas em relação aos direitos trabalhistas no Brasil, assim como dos descontos que são feitos no pagamento para fins de contribuições, tributos, entre outros, gerando situações de insatisfação. Houve relatos de pessoas ocupadas em trabalhos formais que não receberam remuneração devida, inclusive horas extras

trabalhadas e que foram exploradas em seus lugares de trabalho. Muitas das instituições, em diferentes regiões, apontaram para concentração das oportunidades de renda voltadas ao setor de serviços, em particular ao comércio e trabalho doméstico, que foi profundamente afetado pela pandemia. Em Roraima, a circulação transfronteiriça de mercadorias, que forneceu importante fonte de sustento para famílias venezuelanas e fortaleceu a economia local, foi também largamente impactada pelo fechamento da fronteira e pela pandemia (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 38).

No que diz respeito ao mapeamento do perfil racial dos venezuelanos, constatou-se que é uma população que se autodeclara morena em sua maioria, o que corresponde a 59,78% entre as pessoas interiorizadas e 62,16% entre abrigadas. Entre as que se autodeclararam brancas, consta cerca de 28,4% entre interiorizadas e 24,11% entre abrigadas. A população afrodescendente declarada foi maior entre pessoas abrigadas, isto é, 11,61% do que entre as interiorizadas, com 6,29%. Além disso, foi relatado um percentual residual de pessoas que se autodeclararam indígenas tanto entre abrigadas com 0,97% quanto entre interiorizadas com 1,01% (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 17). Não houve variação relevante do perfil racial por sexo e região. Ressalta-se que foram utilizadas categorias do censo venezuelano para a delimitação do perfil racial na pesquisa.

Em termos de compreensão da língua portuguesa, 69,01% das pessoas interiorizadas relatam que compreendem bem ou perfeitamente a língua portuguesa. As mulheres indicaram dificuldade de compreensão em proporção superior à dos homens, cerca de 35,88% ante 26,43%. Assim:

Chama a atenção o fato de que, na região Sudeste, a participação das pessoas que não compreendem o português (2,2%) é superior à das demais regiões e superior à média populacional (1,23%). Entre as pessoas interiorizadas que afirmam ter alguma dificuldade, a proporção é maior nas demais regiões (Nordeste e Norte, exceto Roraima - 35,58%) e na modalidade de reunificação familiar (35,11% contra 29,77% da média). Entre as pessoas abrigadas, identifica-se diferença importante no nível de compreensão do português em relação à população interiorizada. A grande maioria tem alguma dificuldade de compreensão (75,74%), independentemente do sexo, e 13,88% das mulheres em abrigos reportam não compreender o português, contra 7,34% por homens (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 17).

No quesito nível de escolaridade, o da população venezuelana interiorizada no Brasil é superior à média para a população brasileira com 18 anos ou mais, essas informações foram identificadas nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) referentes ao 1º trimestre de 2021. “Enquanto 7,89% das pessoas brasileiras têm apenas o nível fundamental completo e 30,63% completaram o ensino médio, 6,27% das pessoas venezuelanas interiorizadas completaram o ensino fundamental e 51,4% completaram o ensino médio” (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 19). O número de pessoas com ensino superior completo é bem maior que a média entre os

brasileiros – 16% – em comparação com a população venezuelana interiorizada, com 15,09%. As mulheres venezuelanas interiorizadas possuem maior participação, cerca de 17,59% em comparação aos homens com 12,77% no ensino superior completo.

Cerca de 8,89% das pessoas interiorizadas não terminaram seus cursos no ensino superior e 13,19% possuem ensino médio incompleto. Embora as mulheres sejam a maioria entre as pessoas venezuelanas interiorizadas com ensino superior completo, são elas também a maioria entre as pessoas sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade (0,85% das mulheres interiorizadas contra 0,17% dos homens - das pessoas sem instrução reportadas, as mulheres perfazem 82,54% do total). Note-se, contudo, que a participação de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto (menos anos de escolaridade) é bastante inferior entre a população interiorizada para ambos os sexos se comparada com a população brasileira. Já entre as abrigadas em Roraima, observa-se, em geral, um nível de escolaridade menor se comparado às pessoas interiorizadas. A participação de pessoas com ensino fundamental completo é maior (11,77%) entre as abrigadas do que entre a população interiorizada (6,27%). A proporção de pessoas com ensino médio completo e ensino superior completo é bastante inferior entre as pessoas abrigadas se comparada com a população roraimense (38,15% e 7,41%, respectivamente, para abrigadas e 51,40% e 15,09% para interiorizadas). Os dados apontam para uma maior participação das pessoas sem instrução (ou com menos de um ano de instrução) entre as abrigadas (1,91%). O perfil de escolaridade das mulheres abrigadas é, em geral, superior ao dos homens, especialmente se observados os graus completos nos três níveis de ensino. Salienta-se a baixa proporção de pessoas com ensino superior incompleto entre abrigadas (3,76%) e uma participação significativa de pessoas com ensino médio incompleto (22,29%) (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 19-20).

Desse modo, salienta-se que as mulheres venezuelanas, tanto as interiorizadas quanto as abrigadas, possuem níveis escolares superiores aos dos homens. Contudo, elas ainda são as que menos conseguem se inserir no mercado de trabalho. É possível interpretar tal fato a partir da divisão sexual do trabalho, do machismo estrutural do contexto brasileiro e da comunidade venezuelana, no entanto, esses fatores não são os únicos que contribuem para esta realidade. Existem outros entraves para o melhor acesso dessas mulheres imigrantes no âmbito laboral, os quais serão mapeadas e investigadas na seção 3.4 deste capítulo.

Em relação ao perfil familiar, a maior parte da população interiorizada reside com o cônjuge no mesmo domicílio, isto é, 66,94% e possui filhos 79,26%. Entre a população abrigada, verificou-se uma proporção similar de pessoas residindo com cônjuge (67,38%) e uma proporção maior de pessoas que têm filhos (90,39%). Observa-se, assim, que grande parte das mulheres venezuelanas têm filhos, sendo 94,51% entre as mulheres abrigadas em Roraima e 86,51% entre as mulheres interiorizadas.

Nesse aspecto, evidencia-se que a maioria das mulheres venezuelanas possuem filhos, o que representa um aspecto importante para a análise interseccional, visto que a maternidade “penaliza” as mulheres no que se refere às possibilidades de acesso ao mercado de trabalho,

tornando esse processo ainda mais difícil e complexo. Apesar de haver discricionariedade por parte dos empregadores na hora de contratar uma mulher que possui filhos, cabe salientar que a falta de políticas públicas de assistência social para assegurar sua permanência no mercado de trabalho também é um fator crucial para melhor compreensão dessa realidade.

A saúde sexual, reprodutiva e o planejamento familiar também são temáticas de suma importância ao se analisar as condições femininas de inserção laboral.

A população venezuelana interiorizada tinha, em média, 2,04 filhos/as. A média geral de filhos/as corresidentes (morando com pai e/ou mãe no Brasil) era de 1,57 entre pessoas interiorizadas, enquanto entre as pessoas abrigadas esse número era ligeiramente superior (de 1,75 filhos/as). Mulheres interiorizadas têm número médio de filhos/as corresidentes (1,82) significativamente superior aos homens interiorizados (1,3) e particularmente inferior se comparada à média geral para as mulheres abrigadas em Roraima - 1,97. Pessoas interiorizadas nas modalidades institucional e reunificação familiar apresentaram média de filhos/as corresidentes superior - 1,75 e 2,01, respectivamente - à média entre pessoas interiorizadas. 12,4% das pessoas interiorizadas na modalidade institucional reportaram morar com 4 ou mais filhos contra apenas 2,99% das pessoas interiorizadas na modalidade vaga de emprego sinalizada e 8,69% na modalidade reunificação familiar (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 23).

Além disso, no que tange ao acesso das mulheres venezuelanas aos serviços públicos de saúde no Brasil, a pesquisa demonstra que:

A cobertura do acompanhamento pré-natal pelas famílias é bastante expressiva, tanto entre famílias interiorizadas quanto entre abrigadas. Foi reportado acompanhamento pré-natal para 87,2% da(o)s filha(o)s de pais e mães venezuelanas interiorizadas e para 78,10% no caso de pai ou mãe em situação de abrigo em Boa Vista. Com relação a(o)s filha(o)s menores de 18 anos e corresidentes no Brasil, para pessoas interiorizadas, 70,44% encontravam-se com matrícula escolar. Entre a população abrigada apenas 35,63% da(o)s filha(o)s menores de 18 anos e corresidentes possuíam matrícula em escola ou creche - número significativamente inferior ao reportado para pessoas interiorizadas. A média de idade da(o)s filha(o)s mais nova(o)s entre abrigada(o)s foi cerca de dois anos inferior à observada entre filha(o)s de pessoas interiorizadas, o que pode indicar maior presença de menores em idade pré-escolar nessa população e potencial efeito de composição. Desse(a)s, e tomando os(as) filhos(as) mais velha(o)s (filho 1) como referência (que tinham, em média, 11 anos quando da entrevista para ambas as populações do estudo), 8,14% das respondentes interiorizadas e 10,28% das abrigadas disseram ter experimentado alguma dificuldade pessoal para matrícula, tais como poucos recursos financeiros, falta de tempo, interesse ou informação. 21,06% das pessoas interiorizadas e 17,75% das abrigadas apontaram alguma dificuldade burocrática, envolvendo problemas de língua, documentais, de vagas ou prazo. 47,02% das pessoas interiorizadas e 48,87% das abrigadas apontaram outras razões, como impacto da pandemia sobre as escolas (com maior tempo de espera por vagas e ausência de aulas), mudança de cidade, pouco tempo de permanência na cidade ou abrigo, iminência da interiorização, necessidades especiais, dentre outras (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 23-24).

Em termos de planejamento familiar e gravidez entre as venezuelanas, o estudo apontou que:

A pesquisa procurou abordar questões específicas para mulheres, em relação a suas vulnerabilidades e a temas como gravidez. Nesse último caso, 4,85% das mulheres venezuelanas interiorizadas e 6,56% das mulheres em abrigos em Roraima informaram estar grávidas quando da realização da entrevista. 29,37% das mulheres grávidas interiorizadas e 35,94% das mulheres grávidas em abrigos em Roraima queriam engravidar naquele momento (Tabela 16). 28,57% das interiorizadas e 36,72% das abrigadas grávidas reportaram não querer mais filha(o)s quando engravidaram (Tabela 16). Esses percentuais mudam quando as mulheres são perguntadas sobre a gravidez da(o)s filha(o)s nascida(o)s no Brasil. 24,6% das interiorizadas e quase 42,77% das abrigadas não queriam ter filhos naquele momento e 29,4% das interiorizadas e 46% das abrigadas queriam engravidar (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 24).

Em virtude disso, os dados apontam para maior necessidade de informações e atenção para o planejamento familiar e acesso à saúde reprodutiva das mulheres que se encontram na condição de migrante, bem como os impactos da gravidez e da maternidade para os projetos familiares e pessoais. O acesso à saúde sexual e reprodutiva faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 3 da agenda 2030 das Nações Unidas, cuja meta 3.7 visa: “assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2019).

Em consonância, as condições de acesso e permanência das mulheres imigrantes no mercado de trabalho também perpassa pela dimensão escolar dos filhos e da acessibilidade. Sendo assim, os dados da pesquisa apontam que cerca de 85,6% das pessoas de origem venezuelana interiorizadas possuem acesso à internet, contra menos da metade da população abrigada em Roraima, isto é, 42,66%. A principal forma de acesso à internet são os celulares e smartphones, cerca de 97%. (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 25). Nota-se significativa diferença no acesso à internet entre pessoas interiorizadas e abrigadas. No que diz respeito à importância do acesso à internet, sobretudo no contexto da pandemia de Covid-19, em que a maioria das atividades escolares foi realizada de forma remota, evidenciou-se que:

[...] a baixa conectividade das pessoas abrigadas representa uma dificuldade adicional para a inserção das crianças e adolescentes nas escolas. A desigualdade no acesso à escola entre crianças abrigadas e interiorizadas pode ser fator associado à desigualdade no acesso à internet observada. Note-se, ainda, que diversas instituições participantes da pesquisa relataram oferecer os seus serviços e apoio ao público migrante e refugiado de forma remota. A baixa conectividade entre pessoas abrigadas torna difícil o acesso aos serviços remotos, criando uma dinâmica em que o único ambiente de sociabilidade e de acesso às instituições ocorre dentro dos

abrigos, o que afeta, significativamente, a dinâmica de integração dessas pessoas (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022, p. 25-26).

Nessa perspectiva, a pandemia de Covid-19 impactou negativamente as economias e mercados de trabalho em todo o mundo. As desigualdades sociais se mostraram ainda mais explícitas, a exemplo das diferenças em termos de acesso à internet e ferramentas tecnológicas. As sucessivas vulnerabilidades que configuram a vida dos migrantes também ficaram mais explícitas na pandemia.

3.2 Iniciativas para o empoderamento econômico de mulheres migrantes e refugiadas.

A partir dos dados apresentados, salienta-se que as dinâmicas de acesso ao mercado de trabalho se diferem entre homens e mulheres venezuelanas e entre mulheres interiorizadas e abrigadas. Com isso, projetos e iniciativas que visam promover a integração social e o empoderamento econômico entre as migrantes e refugiadas são cada vez mais necessários. Nesse sentido, faz-se necessário mencionar o projeto “Empoderando Refugiadas”, que é uma iniciativa entre agências das Nações Unidas (ONU), tais como: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); a Rede Brasil do Pacto Global e a ONU Mulheres. O Empoderando Refugiadas tem como foco a empregabilidade de mulheres refugiadas, solicitantes da condição de refugiado e migrantes que buscam no Brasil uma oportunidade para reconstruírem suas vidas. Dentre seus objetivos estão: capacitar as participantes para o mercado de trabalho brasileiro; facilitar a adaptação cultural e laboral no país; promover a contratação formal de refugiadas, sua educação financeira e empoderamento econômico; e fomentar a sensibilização do setor privado. Nesse aspecto:

O Empoderando Refugiadas foi criado em 2015, inicialmente com turmas na cidade de São Paulo, atendendo mulheres de diversas nacionalidades, como Síria, República Democrática do Congo, Colômbia, entre outras. Com o aumento no número de pessoas oriundas da Venezuela em busca de refúgio no norte do Brasil, desde 2019 o projeto conta com turmas em Boa Vista, Roraima. Com apoio da Operação Acolhida, a iniciativa promove o acesso das participantes ao mercado de trabalho brasileiro por meio de realocação das beneficiárias e suas famílias para as cidades de destino, através da Estratégia de Interiorização. Entre os pilares do projeto estão a valorização da diversidade e da inclusão, com turmas dedicadas a mulheres com deficiências, cuidadoras de pessoas com deficiências, portadoras de doenças crônicas e necessidades especiais, além da inclusão de mulheres com mais de 50 anos e população LGBTIQA+. Desde sua criação, ao longo de seis anos, 316 mulheres foram formadas pelo projeto, 147 foram empregadas e 260 pessoas foram interiorizadas. Números que estão prestes a aumentar com a abertura da primeira turma da 7ª edição do Empoderando Refugiadas, em maio de 2022 (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022b).

Para além dessas características, a iniciativa também tem por objetivo oferecer a empresas maior diversidade em suas equipes e ajudar a promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A noção de trabalho decente também está presente dentro desse projeto, tendo em vista a defesa do acesso a direitos básicos e trabalhistas das mulheres refugiadas e solicitantes de refúgio. No ano de 2019, um total de 20 mulheres refugiadas fizeram parte da primeira turma de Roraima em termos de capacitação pelo Instituto Lojas Renner e o Instituto Aliança, na modalidade de Atendimento e Vendas para o Varejo (DUKTA, 2019). “Além de oferecer treinamento técnico voltado para esta área, o curso aborda questões relativas à cultura brasileira e foca na saúde emocional destas mulheres, respeitando o momento de vida de cada uma” (DUKTA, 2019).

Apesar das adversidades trazidas pela pandemia de Covid-19, no ano de 2020, a quinta edição do Empoderando Refugiadas conseguiu formar três turmas de mulheres que viviam em abrigos temporários de Boa Vista, com perfis de grande vulnerabilidade social, bem como as LGBTQIA+, com doenças crônicas ou deficiência, idosas e mães solo. De acordo com Pachioni (2020) em matéria para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), dentre as 59 mulheres formadas em Boa Vista, 32% se encontram empregadas, sendo interiorizadas para estados como Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Dentre as participantes dessa edição, Daechli de 21 anos, viúva e mãe de dois filhos deu o seguinte depoimento:

“Nossa trajetória de vida não tem sido fácil. Tivemos que agarrar nossos filhos para partir da Venezuela, por toda dificuldade que enfrentamos por lá, lutando contra a fome. Chegar com a perspectiva de trabalhar e ver as oportunidades diminuïrem por causa da pandemia foi mais uma barreira que enfrentamos. Agora, com este diploma em mãos, vamos adiante” (PACHIONI, 2020).

Conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas (2022c), a edição de 2021 do Empoderando Refugiadas formou 70 refugiadas em Boa Vista (RR). Dentre as participantes, cerca de 40 pessoas foram contratadas por empresas de diversos setores: têxtil, naval, turismo, varejo e shopping centers. Ressalta-se que as famílias foram interiorizadas para diferentes lugares do Brasil pela Operação Acolhida, resposta humanitária do governo brasileiro ao fluxo de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela para o país (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2022c). A publicação cita o depoimento da venezuelana, Roxana Milan, uma das participantes da edição de 2021, ela se formou no curso ofertado e conseguiu uma oportunidade na empresa “Realize”, instituição financeira das lojas

Renner SA. Roxana foi interiorizada com o esposo e filha para o município de Itajaí -SC. Ela relatou o seguinte:

Tenho aprendido muito na Realize e tenho muito orgulho de ser a primeira mulher refugiada contratada pela empresa. Meus gestores me acompanham e me ajudam muito. Meu esposo ama seu trabalho também e minha filha já está na escola. Estamos ainda mais felizes por poder ajudar nossas famílias na Venezuela, comemora Roxana (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2022c).

Assim, os resultados do projeto demonstram sua relevância na vida dessas pessoas, sobretudo quando se considera o perfil das mulheres que participaram das edições ao longo desses anos. A diversidade e inclusão dos diversos perfis também é um dos objetivos do programa. Em 2021, o Empoderando Refugiadas formou uma turma dedicada a mulheres com deficiências, doenças crônicas ou com necessidades especiais, para além de outras interseccionalidades, a exemplo de mulheres com mais de 50 anos e LGBTQIA +. O projeto também optou por acolher aquelas que não possuíam necessariamente alguma doença ou deficiência, mas que possuíam familiares com tais condições, sendo estas as únicas provedoras da renda da casa (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 2022c).

Ressalta-se, desse modo, que o projeto Empoderando Refugiadas também está alinhado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 5, o qual visa a igualdade de gênero. Ao contratar uma mulher refugiada, as empresas da iniciativa privada não garantem apenas um espaço inclusivo e diverso dentro de suas empresas, mas também recebem capacitações, *workshops*, mentorias e acompanhamento das agências da ONU responsáveis pela operacionalização da iniciativa.

3.3 Mercado de trabalho e interseccionalidade.

A partir dos principais dados mencionados na seção 3.1, é possível trazer algumas noções da abordagem interseccional para interpretar as diferentes realidades que as mulheres venezuelanas estão situadas em termos de inserção laboral. A desigualdade de gênero e a discriminação no mercado de trabalho são características estruturais na sociedade brasileira e no mundo. Dentro dessa estrutura — que já é desigual — as imigrantes e refugiadas da Venezuela ainda trazem consigo a condição de migrante. Ou seja, representam a figura do “Outro”, do diferente e do externo. Em decorrência disso, ainda podem passar por outras violências, a exemplo da xenofobia, do racismo, do etarismo e tantas outras opressões. Isso

porque essas diferentes avenidas, como apontado por Crenshaw (2002), se interseccionam e ocorrem de forma simultânea.

Dessa forma, as diferentes interseccionalidades observadas no relatório da pesquisa do Programa conjunto Moverse, ilustram essa sucessão de vulnerabilidades que configura o acesso e permanência da mulher venezuelana no mercado de trabalho. Os dados da pesquisa explorada indicam que na maioria das categorias analisadas, os homens estão sempre em uma melhor situação em comparação com as mulheres, tanto as interiorizadas quanto as abrigadas. Exceto no quesito nível de escolaridade, neste ponto, tanto as mulheres interiorizadas quanto as abrigadas apresentam maiores níveis educacionais, além disso, observou-se uma quantidade significativa de imigrantes com o ensino superior completo. Isso nos leva a apontar para uma questão extremamente relevante: as contratações não estão sendo definidas a partir do critério da escolaridade. O principal exemplo disso baseia-se no fato de que, apesar do número entre homens e mulheres interiorizados serem relativamente equivalentes, as mulheres são minoria na modalidade de interiorização por vaga de emprego sinalizada (VES). Reitera-se, portanto, que existe uma assimetria nesse sentido, o que reforça a necessidade de maior atenção em relação às dimensões de gênero na coordenação, operacionalização e divulgação da estratégia.

Sendo assim, o marcador social “sexo” está sinalizado como um dos principais eixos de opressão e subordinação interseccional no que diz respeito ao acesso do mercado de trabalho entre mulheres venezuelanas interiorizadas e abrigadas. Ou seja, além da categoria “imigrante” ou “refugiado”, sendo estas comuns aos homens venezuelanos, tem-se a categoria “mulher”, que se soma às anteriores e configuram uma dupla vulnerabilidade, que acontece de forma simultânea e contínua, assim como apontado por Akotirene (2019). Existe uma forte cultura machista entre os membros da comunidade venezuelana no Brasil, assim, apesar do preconceito que homens e mulheres venezuelanos sofrem por serem imigrantes e, em muitos casos, pela nacionalidade, os próprios homens corroboram com as opressões de gênero, assim como as próprias mulheres podem contribuir para as opressões entre elas mesmas.

Entre as mulheres, identificou-se desigualdades significativas entre as que passaram pelo processo de interiorização e as abrigadas. Em praticamente todas as categorias analisadas, as mulheres interiorizadas apresentam melhores situações em relação às abrigadas: desemprego; rendimentos; subutilização da força de trabalho; nível de escolaridade; proficiência da língua portuguesa. Dessa forma, mesmo compartilhando as mesmas condições, — migrante, venezuelana e mulher — o processo de interiorização é um ponto de

distinção entre elas. A categoria “interiorizada” e “abrigada” são, portanto, centrais para explorar suas condições de acesso ao mercado de trabalho.

No que se refere ao mapeamento do perfil racial dos venezuelanos, ressalta-se que a maioria se autodeclara morena, não havendo diferenças consideráveis por sexo e região de destino dos interiorizados. Contudo, a população autodeclarada afrodescendente foi maior entre pessoas abrigadas. Tendo em vista a complexidade dos debates acerca do fator racial dos venezuelanos e levando em consideração que a pesquisa explorada não problematiza essa questão, a presente análise também não entrará neste mérito.

Em termos de perfil familiar, a maioria reside com o cônjuge em um domicílio, isso nos aponta para o peso do patriarcalismo e da divisão sexual do trabalho, pois a responsabilidade com as funções domésticas e do cuidado concentra-se nas mulheres. Tendo em vista que a maioria das famílias possuem filhos, tanto as interiorizadas quanto as abrigadas. Esta realidade se apresenta ainda mais significativa quando se faz o recorte de gênero, já que 86,51% das mulheres interiorizadas têm filhos e 94,51% das abrigadas (CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES, 2022).

Desse modo, enfatiza-se que a maternidade demanda uma dedicação imensa das mulheres, o que traz impactos para a sua inserção laboral, sobretudo porque grande parte são crianças de até 10 anos. A falta de políticas públicas de assistência social e acesso a creches produz efeitos significativos no desenvolvimento profissional das mulheres, mas sobretudo das migrantes e refugiadas, cuja rede de apoio é bem mais restrita, ou até mesmo inexistente. Assim, maternidade e gravidez são umas das principais categorias para se analisar o acesso ao mercado de trabalho pelas mulheres desta nacionalidade.

Uma parte considerável das venezuelanas que estavam grávidas na época da pesquisa relataram que não queriam mais filhos quando engravidaram. Tal aspecto indica maior necessidade de políticas públicas de planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva. Assim, a interseccionalidade nos permite inferir que, apesar das mulheres venezuelanas interiorizadas estarem em melhores condições de integração socioeconômica em comparação com as venezuelanas abrigadas, elas ainda estão em desvantagem em relação aos homens. Além disso, apesar de já terem passado pela principal política pública de inserção econômica, as venezuelanas interiorizadas são minoria na modalidade vaga de emprego sinalizada (VES) e possuem menores rendimentos em relação aos homens, apesar de terem maiores níveis de escolaridade.

A abordagem interseccional também nos permite apontar que a divisão sexual do trabalho se apresenta de forma explícita na vivência das venezuelanas interiorizadas, visto que

a maternidade é uma realidade de praticamente quase todas. Os afazeres domésticos e o cuidado interseccionam o processo migratório e o mercado de trabalho. Sendo assim, todos esses eixos de subordinação interseccional e camadas de vulnerabilidade exercem opressões em torno delas. De forma corriqueira, as vulnerabilidades e sistemas de discriminação são invisibilizados pela condição ou status migratórios, entretanto, cada migrante possui características e marcadores sociais que precisam ser levados em consideração ao analisar as condições de acesso e permanência no âmbito laboral. Por isso, “[...] a interseccionalidade exige orientação geopolítica” (AKOTIRENE, 2019, p. 21).

Desse modo, apesar da necessidade da orientação geopolítica, reitera-se a importância da não hierarquização das categorias de opressão:

Portanto, na heterogeneidade de opressões conectadas pela modernidade, afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas. Não existe hierarquia de opressão, já aprendemos. Identidades sobressaltam aos olhos ocidentais, mas a interseccionalidade se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças, depois de enxergá-las como identidades. Uma vez no fluxo das estruturas, o dinamismo identitário produz novas formas de viver, pensar e sentir, podendo ficar subsumidas a certas identidades insurgentes, ressignificadas pelas opressões (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

Assim, nas análises feitas ao longo deste trabalho, buscou-se trazer breves comparações entre homens e mulheres, pessoas interiorizadas e abrigas nos diferentes indicadores levantados na pesquisa explorada, no entanto, não há a intenção de hierarquizar os tipos de opressão e desigualdades, mas traçar um conjunto de categorias que interseccionam a inserção laboral das mulheres venezuelanas no Brasil. Em virtude disso, a próxima seção trará um breve apanhado sobre os principais pontos da pesquisa, traçando um mapeamento acerca do que parecem ser os desafios e impeditivos do acesso das mulheres venezuelanas interiorizadas ao mercado de trabalho.

3.4 Mapeamento dos principais desafios do acesso ao mercado de trabalho.

A partir do exposto, foi possível traçar alguns dos principais fatores que parecem representar desafios para a inserção laboral das mulheres venezuelanas, em especial para fins desta pesquisa, das interiorizadas. Entretanto, antes de apresentar esse mapeamento do que parece influenciar a integração socioeconômica, destacam-se os fatores que parecem não influenciar nas dinâmicas de acesso ao mercado de trabalho no caso específico das

venezuelanas: 1) Nível de escolaridade. Levando em consideração que as mulheres interiorizadas são as que possuem maiores níveis escolares e as que mais concluíram o ensino superior, observa-se esse fato como um reflexo dos tipos de segmentos mais comuns em relação à população migrante, isto é, o setor de serviços. Além disso, também é um reflexo da falta de políticas de revalidação de diplomas concluídos na Venezuela, fazendo com que esse grupo migratório ocupe serviços que não estão dentro de suas áreas de formação. 2) Fator racial. A pesquisa também não indicou diferenças consideráveis por sexo e região de destino, não há sinalizações no relatório de que isso seja um fator crítico de impacto em termos de inserção laboral. 3) Idioma. Apesar das mulheres interiorizadas apresentarem maiores dificuldades com a língua Portuguesa em relação aos homens, este também não parece ser um dos principais fatores de acesso ao mercado de trabalho. Segue abaixo uma tabela ilustrativa dos fatores que não parecem influenciar a inserção laboral das venezuelanas interiorizadas.

Tabela 4. O que não parece influenciar a inserção laboral de mulheres venezuelanas interiorizadas.

1) Nível de escolaridade	2) Fator racial	3) Idioma
--------------------------	-----------------	-----------

Fonte: elaboração da autora.

Por outro lado, os principais fatores que parecem influenciar a inserção laboral das venezuelanas interiorizadas são: 1) Filhos. Especialmente quando são muitos e pequenos, pois a responsabilidade pelo cuidado recai diretamente sobre a mãe, além dos trabalhos domésticos. 2) Políticas públicas de assistência social e cuidado, a exemplo das creches, assim como garantia de matrícula escolar para os filhos. 3) Redes de apoio. Ou seja, familiares ou conhecidos com quem essas mulheres possam deixar seus filhos. 4) Gravidez e planejamento familiar. A falta de planejamento ao se ter um filho traz diversos impactos na vida das mulheres, sobretudo em termos de desenvolvimento profissional. 5) Validação de diplomas. A falta de políticas de revalidação desses diplomas também é um fator negativo. Tendo em vista que as mulheres são as que mais concluíram o ensino superior. Contudo, ainda possuem níveis mais baixos de inserção laboral. 6) Menor participação na modalidade “vaga de emprego sinalizada” (VES) da estratégia de interiorização.

Tabela 4. Mapeamento do que parecem ser os principais fatores que influenciam a inserção laboral das mulheres interiorizadas.

1) Filhos.	2) Falta de políticas públicas de assistência social.	3) Redes de apoio.
4) Gravidez e planejamento familiar.	5) Validação dos diplomas.	6) Menor participação das mulheres na modalidade vaga de emprego sinalizada (VES) da estratégia de interiorização.

Fonte: elaboração da autora.

A partir desses parâmetros, evidencia-se que as mulheres venezuelanas que passaram pela estratégia de interiorização possuem melhores condições de integração socioeconômica em comparação com as abrigadas. Todavia, a maioria dos fatores que parecem ter impactos reais sobre suas condições de acesso e permanência no mercado de trabalho perpassam pela dimensão de gênero e da divisão sexual do trabalho. As questões como a maternidade, a gravidez e a falta de redes de apoio possuem forte relação com o recorte de gênero. Desse modo, as políticas públicas de integração social e empoderamento econômico precisam reforçar o olhar e estratégias de enfrentamento dessas desigualdades, pois as condições de inserção laboral das mulheres venezuelanas dependem de um olhar mais sensível em relação a esses fatores que estão intimamente ligados à dimensão de gênero.

Dessa forma, a partir dos critérios elencados para mapear o relatório enquanto unidade de análise, observou-se que o caso da inserção laboral das venezuelanas interiorizadas perpassa profundamente pelas questões relativas ao gênero em primeiro grau. Sendo este o eixo de opressão que pode ser visualizado de forma mais explícita na dinâmica de acesso e permanência no mercado de trabalho. Contudo, isso não quer dizer que apenas o gênero possui impactos nessa dinâmica e que devemos hierarquizar essa categoria em detrimento das outras, isso somente nos sinaliza que as problemáticas referentes à inserção laboral estão concentradas de modo geral nesse âmbito da vida das mulheres venezuelanas. O que reflete, portanto, uma característica central acerca deste fluxo migratório, visto que praticamente todas as mulheres possuem filhos, tanto as interiorizadas quanto as abrigadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho abordou a inserção laboral de mulheres imigrantes no Brasil, mais especificamente o caso das venezuelanas interiorizadas entre 2018 e 2022. Utilizou-se a interseccionalidade como abordagem teórica, a qual visou a interpretação das informações a partir da sensibilidade e igualdade analítica que o conceito traz consigo. Assim, os resultados trazidos pelo mapeamento dos dados e respectivas análises são de suma importância para traçar novas possibilidades de estudo, recortes e agendas de pesquisas futuras acerca dos principais desafios da inserção laboral das mulheres venezuelanas no mercado de trabalho brasileiro.

Portanto, buscou-se em um primeiro momento a delimitação do conceito de interseccionalidade, bem como seus usos e possibilidades em relação ao recorte de gênero no âmbito das migrações. A vivência da experiência migratória é impactada pelos diversos aspectos que constituem as identidades e subjetividades das mulheres que se encontram na condição de migrante. Nesse sentido, o acesso ao mercado de trabalho nos países de destino é uma das esferas nas quais os impactos desses diversos eixos de opressão podem ser visualizados de forma concreta.

Logo após, delimitou-se as especificidades do corredor migratório Venezuela-Brasil, a fim de trazer as noções de vulnerabilidade origem-destino, visto que essa é uma migração de natureza forçada, o que reforça a ideia de que o trabalho vai sendo vivenciado como uma forma de sobrevivência. Também buscou-se evidenciar as dinâmicas migratórias Sul-Sul, a partir da inserção dos aspectos políticos, sociais e econômicos dessa mobilidade, que por sua vez, também acompanha mudanças nas reconfigurações socioespaciais da região e nas contradições da geopolítica global.

Além disso, há um detalhamento sobre a estratégia de interiorização e suas diferentes modalidades. O programa é a principal política pública de integração socioeconômica da população venezuelana, sendo nesse aspecto, decisiva em termos de inserção laboral. No entanto, a estratégia se mostrou mais eficaz no que diz respeito à inserção de homens venezuelanos no mercado de trabalho. Apesar das mulheres interiorizadas possuírem níveis mais baixos de inserção laboral em comparação com os homens, elas ainda apresentam melhores condições ao se comparar com a população feminina abrigada. As principais regiões de destino das pessoas interiorizadas são o Sul e o Sudeste. Em termos de modalidade, as mulheres são minoria na de interiorização por vaga de emprego sinalizada (VES).

Nessa perspectiva, o terceiro capítulo trouxe uma síntese dos principais dados explorados na pesquisa do projeto comum Moverse. Embora centralize sua análise no contexto da pandemia de covid-19, muitas pessoas que participaram das entrevistas chegaram ao Brasil antes disso. Levando em consideração que a estratégia de interiorização da população venezuelana começou a ser implementada em 2018, buscou-se trazer os dados do número de pessoas interiorizadas por ano, sexo e região de destino no capítulo 2. Contudo, o relatório completo da pesquisa é a principal fonte documental e unidade de análise deste trabalho, o qual contribuiu para o mapeamento dos principais fatores que parecem influenciar a inserção laboral das venezuelanas interiorizadas.

Em suma, a partir das informações mapeadas e das interpretações feitas com o auxílio da abordagem interseccional, foram elencados seis fatores principais que parecem influenciar as dinâmicas de acesso e permanência no mercado de trabalho, sendo eles: 1) Filhos. Especialmente quando são em grande quantidade e pequenos, pois a responsabilidade pelo cuidado recai diretamente sobre a mãe; 2) Políticas públicas de assistência social e cuidado, a exemplo das creches e acesso à matrícula escolar; 3) Redes de apoio. 4) Gravidez e planejamento familiar; 5) Validação de diplomas e 6) Menor participação na modalidade “vaga de emprego sinalizada” (VES) da estratégia de interiorização.

Foi possível observar que a estratégia de interiorização é um aspecto central em termos de integração socioeconômica. Entretanto, faz-se necessário maior recorte de gênero na coordenação e implementação dessa política pública, a fim de traçar essas lacunas que foram evidenciadas no relatório. A iniciativa “Empoderando Refugiadas” é uma ótima exemplificação de uma política de empoderamento econômico voltada para as diferentes interseccionalidades que configuram a vida das mulheres imigrantes e refugiadas no Brasil.

Sendo assim, o presente trabalho pode contribuir para novos estudos acerca da inserção laboral de mulheres venezuelanas, que tenham como centro de análise esses fatores que permeiam a realidade das mulheres desta nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro. Em decorrência disso, propõe-se novas agendas de pesquisas sobre: o peso da maternidade na inserção no mercado de trabalho; estudos sobre a importância de políticas públicas de assistência social e de cuidado nas condições de permanência dessa mulher imigrante; a importância das redes de apoio no âmbito doméstico; pesquisas sobre os impactos da ausência de políticas de revalidação de diplomas; estudos sobre o recorte de gênero nas diferentes modalidades de interiorização, sobretudo na de vaga de emprego sinalizada (VES); bem como pesquisas acerca da importância do acesso à saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar.

Dessa forma, ressalto a satisfação e os aprendizados que consegui extrair ao longo desta pesquisa, sobretudo porque os estudos interseccionais, de gênero e as teorias feministas sempre foram e ainda permanecem marginalizadas no âmbito das Relações Internacionais. A área de RI sempre foi predominantemente masculinizada, elitizada e concentrada no Norte Global e isso pode ser observado nas nossas principais referências e produções acadêmicas. Trazendo o pensamento de Robert Cox, — pensador da teoria crítica das Relações Internacionais — salienta-se a ideia de que uma teoria nunca é neutra, ou seja, vai ser o reflexo de uma determinada posição social e política no tempo e espaço. Portanto, o processo de maior inserção de correntes teóricas ou temáticas marginalizadas precisa ser constante, visto que as perspectivas dominantes reforçam o status quo e a manutenção de visões de mundo específicas, isto é, a visão masculina, branca, do Norte Global. É a partir da recorrência desses debates marginalizados que o nosso campo de estudo pode ficar cada vez mais diverso, democrático, preocupado com os problemas de justiça social e com visões alternativas de mundo.

Nesse sentido, estudar Relações Internacionais na América Latina, no Brasil, em Sergipe, na UFS e longe dos centros dominantes, requer um posicionamento crítico, pois é a partir disso que podemos questionar paradigmas e dar abertura para a inserção de novas agendas de pesquisa extremamente relevantes, porém, muitas vezes marginalizadas. Em virtude disso, reafirmo a importância de haver estudos acerca das possibilidades de agendas e recortes já mencionados, seja por mim ou por outras pessoas que se interessam pela temática. Por fim, concluo que o estudo de caso feito em relação às mulheres venezuelanas interiorizadas, nos permite apontar para a centralidade da dimensão de gênero no que tange à inserção laboral, todavia, as interseccionalidades que configuram a experiência migratória dessas mulheres também são centrais nesse processo. Desse modo, faz-se necessário um olhar mais sensível para essas realidades, a fim de garantir a integração socioeconômica, o trabalho decente, condições de sobrevivência e uma vida digna para essas mulheres, que por sua vez, chegam ao Brasil com a esperança de um futuro melhor para si e para os seus filhos.

REFERÊNCIAS

- ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **A Resposta Humanitária no Brasil: uma análise sobre a estratégia de interiorização**, 2019. Disponível em:
<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/07/REACH_Relato%C3%B3rio-d e-Interioriza%C3%A7%C3%A3o_-FINAL_PORTUGUESE.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.
- ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Relatório de Interiorização**, 2022a. Disponível em:
<<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/09/ACNURBrasil-Relatorio-de-I nteriorizacao-Jul-Ago-2022.pdf>> Acesso em: 15 out. 2022.
- ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Empoderando Refugiadas**, 2022b. Disponível em:
<<https://www.acnur.org/portugues/empoderando-refugiadas/>> Acesso em: 01 nov. 2022.
- ACNUR - ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **ACNUR, Pacto Global e ONU Mulheres lançam 7ª edição do Empoderando Refugiadas**, 2022c. Disponível em:
<<https://www.acnur.org/portugues/2022/05/04/acnur-pacto-global-e-onu-mulheres-lancam-7a-edicao-do-empoderando-refugiadas/>> Acesso em: 02 nov. 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade. Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro**. São Paulo : Sueli Carneiro ; **Pólen**, 2019. 152p. Disponível em:
<[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_C arla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_C arla_Akotirene.pdf?1599239359)> Acesso em: 09 out. 2022.
- ANDRADE, Cristiane; BITENCOURT, Silvana; SANTOS, Daniela e VEDOVATO, Tatiana. **“VENEZUELANAS NO BRASIL: TRABALHO E GÊNERO NO CONTEXTO DA COVID-19.”** Migrações Internacionais e a pandemia de Covid-19. São Paulo, 2020. Disponível em:
<<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/42547/VenezuelanasBrasil.pdf;jsessionid= 21E4988C44D3BD44BCF420465BB5430C?sequence=2>> Acesso em: 18 out. 2022.
- BAENINGER, Rosana. **Contribuições da academia para o Pacto Global da Migração: o olhar do Sul**, 2018. In Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição). 976 p.
- BAENINGER, Rosana. **Migrações Contemporâneas: desafios teóricos**, 2021. In ENNES, Marcelo; GOES, Allisson; MENESES, Cleber (orgs.). **Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. (Coleção Sociologias Necessárias, v. 5). Disponível:
<https://www.academia.edu/49272912/MIGRA%C3%87%C3%95ES_INTERNACIONAIS_SOB_M%C3%9ALTIPLAS_PERSPECTIVAS> Acesso em: 20 out. 2022.
- BERTOLDO, Jaqueline. **Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 313-323, maio/ago. 2018.

BERTOLDO, Jaqueline. Intersecções entre nacionalidade e raça: considerações sobre o tratamento de imigrantes no Brasil. **Rev. Nuestramérica**, 9 (17), 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.5650792>> Acesso em: 22 out. 2022.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p313>> Acesso em: 14 abr. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. O conceito de Gênero e as análises sobre a Mulher e Trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Cad. CRH**, Salvador, (17): 80-105, 1992.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>> Acesso em: 25 abr. 2022.

CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES. **Limites e desafios à integração local de refugiadas, refugiados e pessoas migrantes da Venezuela interiorizadas durante a pandemia de Covid-19**, 2021. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/12/Sumario-Executivo-Limites-e-desafios-a-integracao-local-de-refugiadas-refugiados-e-pessoas-migrantes-da-Venezuela-interiorizadas-durante-a-pandemia-de-Covid-19-dez.2021.pdf>> Acesso em: 21 jun. 2022.

CEDEPLAR/IPEAD; ACNUR; UNFPA; ONU MULHERES. ONU MULHERES. **Moverse: Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a Pandemia de Covid-19**, 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moverse/relatorio_completo.pdf> Acesso em: 10 set. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

COLLINS, Patrícia Hill. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2017.

DUKTA, Zoë. **Empoderando Refugiadas: oportunidades para um recomeço**. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/11/05/empoderando-refugiadas-oportunidades-para-um-recomeco/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

FAIST, Thomas. **The Nexus of Cross-Border Migration and Social Inequalities in The Transnationalized Social Question: Migration and the Politics of Social Inequalities in the Twenty-First Century**, 2019. Disponível em: DOI:<10.1093/oso/9780199249015.003.0003>. Acesso em: 05 maio. 2022.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Disponível em: <<https://damas20162.files.wordpress.com/2016/08/giddens-anthony-sociologia.pdf>> Acesso em: 15 out. 2022.

GÓIS, P.; SILVA, J. C. J. República Bolivariana da Venezuela: uma sociedade em debandada, um regime político em negação, um continente inteiro sob pressão migratória. As migrações como consequência da geopolítica global no século XXI. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 6–23, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i26.13666. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/13666>> Acesso em: 25 out. 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Hoje**, p. 223-244, 1984.

GOTARDO, Aline Oliveira; PEREIRA, Luciano Meneguetti. **A Prevenção e o Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes no Brasil por Meio da Educação em Direitos Humanos**. ORG & DEMO, Marília, v. 20, n. 2, p. 7-40, Jul./Dez., 2019.

HERRERA, Gioconda. Género y migración internacional en la experiencia latinoamericana. De la visibilización del campo a una presencia selectiva. *Política y Sociedad*, Vol. 49 Núm. 1: 35-46, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5209/rev_POSO.2012.v49.n1.36518. Acesso em: 24 abr. 2022.

HIRATA, H. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/8854>. Acesso em: 10 maio. 2022.

HIRATA, Helena. GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 111–128, 2015. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>. Acesso em: 10 maio. 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil**. Indicadores IBGE, 2021. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf> Acesso em: 29 out. 2022.

IOM - International Organization for Migration. **Migrants and their vulnerability to human trafficking, modern slavery and forced labour**. Geneva, 2019. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/migrants_and_their_vulnerability.pdf> Acesso em: 05 maio. 2022.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento sustentável: 3. Saúde e Bem-estar**, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>> Acesso em: 01 nov. 2022.

JACKSON, Roberto; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais: práticas e teorias**. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

JARochinski SILVA, João Carlos; BAENINGER, Rosana. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração sul-sul. REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>> Acesso em: 02 maio. 2022.

JARochinski SILVA, João Carlos; ABRAHÃO, Bernardo Adame. **Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.8. n.16, jul./dez, 2019. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>> Acesso em: 05 maio. 2022.

JARochinski SILVA, João Carlos; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; JARochinski SILVA, Stéfanie Angélica Gimenez. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.15-30, jan./abr. 2017.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro** - São Paulo : Método, 2007. 240p.

LISBOA, Teresa Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência**. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(3): 805-821, 2007.

MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. **Signs** 30 (3): 1771-1800, 2005. Disponível em: <[https://lsa.umich.edu/content/dam/ncid-assets/ncid-documents/Ten%20Diversity%20Scholarship%20Resources/McCall%20\(2005\)%20The%20Complex%20of%20Intersectionality%20.pdf](https://lsa.umich.edu/content/dam/ncid-assets/ncid-documents/Ten%20Diversity%20Scholarship%20Resources/McCall%20(2005)%20The%20Complex%20of%20Intersectionality%20.pdf)> Acesso em: 15 out. 2022.

MIRANDA, Joana - **Mulheres em contexto migratório** : figurantes ou protagonistas? In NEVES, Sofia, coord. - "Gênero e Ciências Sociais" [Em linha]. [Maia] : ISMAI, 2011. ISBN 978-972-9048-62-3. p. 197-214, 2011. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/31119/1/Mulheres%20em%20contexto%20migrat%c3%b3rio.%20Figurantes%20ou%20protagonistas.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2022.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>> Acesso em: 25 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **World Migration Report 2022**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, 2022. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2022>> Acesso em: 12 maio. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES BRASIL. **Painel de Monitoramento da Estratégia de Interiorização do Governo Federal**, 2022. Disponível em: <<https://brazil.iom.int/pt-br/painel-da-estrategia-de-interiorizacao-do-governo-federal>> Acesso em: 15 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Uma década de promoção do trabalho decente no Brasil: uma estratégia de ação baseada no diálogo social. Genebra, 2015. Disponível em:

<https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_467352.pdf> Acesso em: 03 out. 2022.

PACHIONI, Miguel. **Empoderando Refugiadas conclui 2020 com 59 mulheres formadas e 79 pessoas interiorizadas**. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados: Boa Vista, 2020. Disponível em:

<<https://www.acnur.org/portugues/2020/12/21/empoderando-refugiadas-conclui-2020-com-59-mulheres-formadas-e-79-pessoas-interiorizadas/>> Acesso em: 01 nov. 2022.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas* 21 (3): 445-454, set.-dez. 2021. Disponível em:

<<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>> Acesso em: 14 maio. 2022.

QUEIROZ, Claudia de Oliveira Carvalho. **A feminização da migração: trabalho doméstico, emancipação e redes sociais na fronteira Brasil – Guiana**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015. Disponível em:

<<https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2012/02/Claudia.pdf>> Acesso em: 10 maio. 2022

RODRIGUES, L. de J. Imigração das Mulheres Latinas para o Brasil e o Mercado de Trabalho. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 68–82, 2019. DOI: 10.9771/cgd.v4i4.28099. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/28099>. Acesso em: 20 out. 2022.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. **Migração, Gênero e Empoderamento das Migrantes na Pan-Amazônia**. *TEXTOS & DEBATES*, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

ROSA, R. DE C. Q. DA; HILLESHEIM, B.; WEBER, D. L.; HOLDERBAUN, L. S. Gênero, migração e vulnerabilidade: corpos de mulheres em deslocamento. *Revista Eletrônica Científica da UERGS*: v. 5, n. 2, p. 138-146, 15 fev. 2019. Disponível em:

<<http://revista.uergs.edu.br/index.php/revuergs/article/view/1935/441>> Acesso em: 27 out. 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas Públicas**: coletânea. v. 1. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Camila Rodrigues et. al. **Novos olhares para migração de mulheres: haitianas, angolanas, venezuelanas e bolivianas na cidade de São Paulo – SP**, 2019. Disponível em:

<<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3018>> Acesso em: 17 out. 2022.

TAVARES, Natália Cintra de Oliveira; CABRAL, Vinicius Pureza. The application of the Cartagena Declaration on Refugees to Venezuelans in Brazil: An analysis of the decision-making process by the National Committee for Refugees. **Latin American Law Review**, no. 05, 2020, p. 121-137. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.29263/lar05.2020.06> Acesso em: 07 maio. 2022.

TONHATI, Tânia; PAREDA, Lorena. **A Feminização das Migrações no Brasil**: a inserção laboral das mulheres imigrantes (2011-2020), 2021. In CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020**: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>> Acesso em: 29 abr. 2022.

VASCONCELOS, I.; SANTOS, S. La Dieta de Maduro: migração venezuelana, geopolítica e alimentação. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 25–46, 2021. DOI: 10.14295/rbhes.v13i26.13147. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhes/article/view/13147>. Acesso em: 25 out. 2022.

XAVIER, Fernando César Costa. A Interiorização como um direito social universalizável. **Revista Direito GV**. v. 17 n. 1, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdgv/a/fZN65KVRxh7485NpgvhWNqP/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 14 out. 2022.